

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO**  
**PRÓ-REITORIA ACADÊMICA**  
**PROGRAMA DE MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA**  
**LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA E INTERAÇÃO SOCIAL**

**ENTRE IRMÃOS:**  
**Um estudo sobre o cuidado criativo**

**RENATO MARIN CRESPO**

RECIFE

2013

**RENATO MARIN CRESPO**

**ENTRE IRMÃOS:**

**Um estudo sobre o cuidado criativo**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora,  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Mestre em Psicologia Clínica.

**Orientadora:** Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Consuêlo Passos.

RECIFE

2013

**ENTRE IRMÃOS:**  
**Um estudo sobre o cuidado criativo**

**RENATO MARIN CRESPO**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Consuêlo Passos**  
(Orientadora – Universidade Católica de Pernambuco)

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Maria Cícilia de Carvalho Ribas**  
(Avaliadora externa – Universidade Federal de Pernambuco)

---

**Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Edilene Freire de Queiroz**  
(Avaliadora interna – Universidade Católica de Pernambuco)

## **Agradecimentos**

À minha família, por me apoiar na realização dos meus projetos. Em especial, à minha irmã Paula que, por muitas vezes, também cuidou de mim.

À minha querida namorada Nayana, um agradecimento especial, pelo companheirismo tão importante neste período, pelo carinho, pelas palavras de incentivo, e por vibrar comigo a cada pequena conquista.

Aos professores do Programa de Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP, pelo profissionalismo e pelo carinho sempre presente nos seus ensinamentos.

Aos meus colegas de turma, irmãos nessa longa aventura que é escrever uma dissertação, pela amizade que certamente enriqueceu este percurso.

À professora Edilene Queiroz, pelas sugestões ao trabalho, e por compartilhar seu conhecimento comigo desde a supervisão clínica na graduação.

À professora Cicília Ribas, por aceitar o convite para compor a banca, contribuindo com críticas e sugestões valiosas.

À minha orientadora Consuelo Passos, pelos ensinamentos profissionais, éticos e humanos, pela sensibilidade e cuidado que sempre regeram suas orientações, e pela dedicação, paciência e confiança que foram imprescindíveis para que eu pudesse terminar este trabalho.

## RESUMO

Esta dissertação assumiu como objetivo, estudar o cuidado entre os irmãos, analisando teoricamente a qualidade desse cuidado e suas repercussões para os sujeitos envolvidos. Sabemos que as exigências do mundo contemporâneo contribuíram para o afastamento dos pais do viver cotidiano dos seus filhos. Desse modo, muitas famílias têm dificuldades de encontrar uma rede de apoio capaz de proporcionar suporte físico e emocional adequado para as crianças. Percebemos que a responsabilidade de cuidar dessas crianças, muitas vezes recai sobre um dos filhos ainda também criança ou adolescente. Sendo esta uma realidade recorrente de organização nas famílias hoje, faz-se imprescindível que lancemos um olhar atento sobre as repercussões dessa relação. Para tanto, faremos uso de um estudo qualitativo, de natureza bibliográfica, tendo as teorizações de Winnicott e Figueiredo como principais norteadores. Constatamos que o cuidado entre irmãos pode ser uma experiência enriquecedora e criativa para a vida familiar, quando baseada na expressão viva de si mesmo e na aceitação do gesto espontâneo do outro. Desse modo, cuidador e cuidado podem sustentar suas próprias vitalidades mutuamente, amadurecendo juntos nessa experiência. Esperamos que o presente trabalho possa contribuir para o desenvolvimento da literatura ainda incipiente acerca do tema, oferecendo também, subsídios aos profissionais que trabalham com famílias, crianças e adolescentes em diferentes contextos, em especial na clínica.

**Palavras-chave:** fraterno; família; criatividade; Winnicott.

## ABSTRACT

This research work had the main objective to study the care between siblings, theoretically analyzing the quality of this care and its implications for the agents concerned. We know that the demands of contemporary world that have contributed to removal from parents of daily care of your children. Therefore, many families have difficulty in finding a support network capable of proving physical and emotional support suitable for children. We realize that the responsibility of caring for these children often lies with one of sons, also still child or adolescent. Since this is a recurring reality in the internal organization of families today, there arises a need for let us take a watchful look on the implications of this relationship. Accordingly, a qualitative study was run, with bibliographic approach, having the theories of Winnicott and Figueiredo as guideline. The results revealed that care between siblings can be an enriching and creative experience to family life when, based on the living expression of self and acceptance of other's spontaneous gesture. Thus, caregiver and subject of care can mutually support their own vitality, maturing together. We expect that this research may contribute to the development of literature still lacking on the subject, as well as offering subsidies to those professionals who work with family, children and adolescents in different contexts, particularly in the clinical arena.

**Keywords:** fraternal; family; creativity; Winnicott;

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>8</b>
<b>1. IRMÃOS NA FAMÍLIA, RECRIANDO SEUS LUGARES</b>	<b>16</b>
1.1 SURGIMENTO HISTÓRICO DA FAMÍLIA	17
1.2 A FAMÍLIA CONTINUA EM MOVIMENTO...	21
1.3 O DECLÍNIO DA HIERARQUIA E A DEMOCRATIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS	26
<b>2. RELAÇÃO FRATERNA: ELEMENTOS PARA PENSAR A CLÍNICA</b>	<b>36</b>
2.1 A CLÍNICA E O FRATERNO	42
<b>3. O CUIDADO CRIATIVO ENTRE IRMÃOS</b>	<b>46</b>
3.1 FUNDAMENTOS DA TEORIA PARA PENSAR O AMADURECIMENTO EM WINNICOTT	47
3.2 O CAMINHAR DO AMADURECIMENTO...	49
3.3 O ESPAÇO POTENCIAL E O VIVER CRIATIVO	58
3.4 CUIDADO ENTRE IRMÃOS	62
3.5 CUIDADO CRIATIVO ENTRE IRMÃOS: COLORINDO ESSA RELAÇÃO	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>79</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>

## **Irmão, Irmãos**

*Cada irmão é diferente.  
Sozinho acoplado a outros sozinhos.  
A linguagem sobe escadas, do mais moço,  
ao mais velho e seu castelo de importância.  
A linguagem desce escadas, do mais velho  
ao mísero caçula.*

*São seis ou são seiscentas  
distâncias que se cruzam, se dilatam  
no gesto, no calar, no pensamento?  
Que léguas de um a outro irmão.  
Entretanto, o campo aberto,  
os mesmos copos,*

*o mesmo vinhático das camas iguais.  
A casa é a mesma. Igual,  
vista por olhos diferentes?*

*São estranhos próximos, atentos  
à área de domínio, indevassáveis.  
Guardar o seu segredo, sua alma,  
seus objectos de toalete. Ninguém ouse  
indevida cópia de outra vida.*

*Ser irmão é ser o quê? Uma presença  
a decifrar mais tarde, com saudade?  
Com saudade de quê? De uma pueril  
vontade de ser irmão futuro, antigo e sempre?*

(Carlos Drummond de Andrade)

## INTRODUÇÃO

O tema abordado neste estudo é fruto do permanente refletir que a experiência na clínica nos convoca. Teve sua motivação mais imediata, originada a partir da reflexão acerca de um caso clínico acompanhado por mim, enquanto estagiário da Clínica-escola de Psicologia da Universidade Católica de Pernambuco. Neste caso, podia-se observar como a família se organizava delegando os cuidados às crianças, entre as próprias crianças e adolescentes da casa.

O cliente, que era levado para clínica pela sua irmã apenas um ano mais velha, por vezes falava dos encargos assumidos por precisar proporcionar cuidados ao irmão mais novo. Sobre este, falava não apenas do carinho, das brincadeiras, como também, da insatisfação e ansiedade geradas pela responsabilidade de ser obrigado a assumir esses cuidados. Esta responsabilidade o fazia evitar determinadas atividades e o deixava temeroso diante de uma possível perpetuação da situação no futuro. Resgato uma fala do cliente referindo-se ao irmão, que esboça esta situação: “E quando eu crescer? Como é que eu vou namorar tendo que levar esse menino pra tudo que é lado?” (sic).

Esta é apenas uma ilustração para um movimento que, em certo sentido, sempre ocorreu nas famílias; afinal, não é de hoje que os pais delegam tarefas aos seus filhos. No entanto, o que pretendemos enfocar aqui vai além de somente uma escolha dos pais no sentido de melhor assistir os filhos. Diz respeito, muito mais, a uma necessidade de colocar os filhos em um lugar psíquico de cuidador dos seus irmãos como uma saída criativa e uma possibilidade de organização do grupo.

O processo de constituição da subjetividade é marcado por vários fatores; sendo os lugares assumidos, os vínculos tecidos e as experiências vivenciadas no ambiente familiar de origem, matrizes das relações sociais posteriores.

Até o início do século passado, a família caracterizava-se essencialmente pela legitimação através do matrimônio e a hierarquização do pátrio poder, tendo assim papéis rígidos e bem definidos. Hoje, o patriarcado deixou de ser hegemônico e passamos a conviver com uma família plural, que vem assumindo inúmeros contornos. O declínio da posição paterna marca a horizontalidade das famílias, provocando expressivas mudanças nas relações entre os seus membros e, conseqüentemente, na sociedade (ROUDINESCO, 2003).

Somando-se a isso, vivemos em uma sociedade que demanda um engajamento fervoroso ao mundo do trabalho. Graças aos movimentos feministas, a mulher conquistou o direito de exercer uma vida profissional, sendo necessário, a partir de então, o compartilhamento das responsabilidades de criar os filhos com outros membros adultos da família e/ou funcionários. Porém, nem todas as famílias podem contar com essa rede de apoio a fim de prestar cuidados às crianças mais novas, fazendo com que essa responsabilidade muitas vezes recaia sobre outras crianças ou adolescentes.

Desse modo, o cuidado entre irmãos apresenta-se como mais uma possibilidade de viver em família. Esses irmãos são “convocados” para suprir, auxiliar e, até mesmo, substituir os pais em suas funções maternas e paternas.

Alguns autores afirmam que, por vezes, quando as figuras parentais não conseguem desempenhar seus papéis suficientemente bem, os irmãos podem se apresentar como importantes objetos de identificação, formando uma rede de apoio entre si (Oliveira, 2005; Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007; Paulo, 2006; Rufo, 2003).

Bank e Kahn (1997 como citado em Oliveira, 2005) acrescentam porém, que nem sempre podemos esperar esse tipo de adaptação por parte dos irmãos, pois o irmão cuidador pode rejeitar ou falhar em promover esses cuidados, gerando, até mesmo, comportamentos agressivos como defesa a alta demanda de proteção advinda do outro irmão.

Vários fatores como gênero, idade e temperamento infantil singularizam a experiência de ser/ter irmão. A saúde emocional da família e as intervenções parentais também exercem influência na relação entre os irmãos, seja para harmonia ou para desarmonia familiar. A depender desses fatores, os irmãos podem ser estimulados tanto para competição saudável, como para relação de inimigos (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007).

Sendo a relação fraterna marcada por rivalidades, competições, preservação de espaço, ciúme, luta por poder, dentre outras características que muitas vezes causam atritos entre os irmãos (Rufo, 2003), podemos refletir sobre que bases se estabelecem o cuidado, e quais são as condições necessárias para favorecer ou não o amadurecimento.

Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) destacam que, para construir um vínculo fraterno “suficientemente bom”, torna-se necessário uma complementaridade de papéis, intimidade e consonância entre os valores pessoais. Desse modo,

O vínculo entre os irmãos pode desempenhar um papel importante como sustentáculo do equilíbrio familiar em situações de crise, tais como separação dos pais, doença, morte de um dos pais, de ambos, ou de outros. Essas vicissitudes na vida familiar não necessariamente acarretarão a instalação de uma patologia, na medida em que se encontre um “continente” para elas, “continente” esse que pode vir a ser o vínculo fraterno. (Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007, p. 302)

Nesse sentido, várias são as razões para que algumas crianças ou adolescentes sejam convocadas a assumirem o papel de cuidador do irmão. Encontramos algumas pesquisas que falam da relação de cuidado entre os irmãos quando um deles tem algum tipo de necessidade especial (Gomes & Bosa, 2004; Nunes & Aiello, 2007; Petean & Suguihura, 2005; Soares, Franco, & Carvalho, 2009).

Schreiber e Feeley (1965 como citado em Gomes & Bosa, 2004), afirmam que os irmãos de pessoas com necessidades especiais, demonstram amadurecimento precoce em comparação aos irmãos de indivíduos com desenvolvimento típico. Hallahan e Kauffman

(2000 como citado em Nunes & Aiello, 2007, p. 43) falam que esse tipo de relacionamento entre irmãos é positivo para os irmãos cuidadores, já que permitem desenvolver “maior tolerância em relação aos outros, maior compaixão e altos níveis de empatia e altruísmo”.

No entanto, os mesmos autores destacam que esses irmãos também apresentam índices de depressão, retraimento social, baixa auto-estima e dificuldades no relacionamento interpessoal maiores que outros. Em consonância com esses dados, Stoneman *et al.* (1988 como citado em Soares, Franco, & Carvalho, 2009), acrescentam que quanto maiores forem as responsabilidades de um irmão nos cuidados do outro, maior é a frequência de conflitos entre eles, e menor é a sua participação em atividades fora de casa e com amigos.

Tendo em vista essas consequências, Petean e Suguihura (2005) alertam que o excesso de responsabilidade decorrente do cuidado de um irmão com necessidades especiais pode ser vivenciado como uma experiência bastante negativa para ambos. As autoras destacam o cuidado que os pais devem ter para não transferir a responsabilidade que são deles, para os filhos. A ajuda de um dos irmãos pode ser saudável no sentido de integrá-lo aos compromissos da família, no entanto, quando em excesso, tende a comprometer os vínculos fraternos, acentuando as rivalidades.

A companhia de um irmão tem papel de grande importância na construção da personalidade. De acordo com Paulo (2006), a relação fraterna oferece aos irmãos a oportunidade de resolverem conflitos e impasses e assim, se adaptar e suportar as frustrações, estimulando seu amadurecimento. Além disso, um irmão mais novo tende a acelerar o processo de aquisição de autonomia do mais velho, sendo colocado em uma posição intermediária entre os pais e os filhos mais novos. No entanto, assim como outros autores já citados, Paulo também nos diz que esse novo posicionamento pode fazer com que os pais exijam que o irmão mais velho se comporte como modelo para outros irmãos, fazendo-o correr o risco de perder o direito de ser e agir como criança.

Ter um irmão mais velho é ter outro pólo de identificação “a sua altura”, ao passo que o filho único só tem à sua volta adultos – os pais. O irmão mais velho sempre é um pouco um “pai pequeno” para o mais novo, sobretudo se a diferença de idade entre eles for grande. A idealização pode então chegar ao máximo (Rufo, 2003, p. 64).

Nesse sentido, segundo Rufo (2003), é fundamental que os pais respeitem essa relação e não coloquem seus filhos em um lugar de “sub-pai”, pois “ele se veria, então, investido de uma responsabilidade esmagadora, às vezes pesada demais para seus ombros de criança” (p. 56). O autor afirma que rótulos e papéis rigidamente estabelecidos entre os irmãos podem acarretar em problemas para relação: “nenhuma criança pode ficar presa a um papel sem ser prejudicada em seu desenvolvimento” (pp. 68-69). Nesse sentido, o mesmo autor fala ainda que, graças à identificação da irmã mais velha com a mãe, esta tende a querer exercer papéis de cuidado materno, assumindo muitas vezes, uma autoridade abusiva e danosa sobre os outros irmãos.

Desse modo, podemos perceber que a empreitada de cuidar de um irmão não é simples, no entanto, não deve ser vista como agente de patologias e conflitos familiares. Kancyper (1999) destaca que os efeitos das vivências com os irmãos têm um papel muito importante na constituição destes como sujeitos. Estas experiências podem marcar os irmãos e seus descendentes, pois têm a função de colocá-los diante do semelhante e inseri-los na ordem social.

A função fraterna ganha cada vez mais espaço na organização familiar e, conseqüentemente, na subjetivação dos seus membros. As famílias regidas pelo poder patriarcal concentravam o poder na figura de uma só pessoa, o pai, promovendo assim, a disputa entre os filhos através da identificação com esse pai centralizador. As famílias contemporâneas por outro lado, têm o poder distribuído entre vários dos seus membros, – inclusive com os filhos – o que promove o surgimento de novas alianças entre os irmãos.

Estes se apresentam agora como referências sólidas para as identificações horizontais (Kehl, 2003).

Podemos ver claramente essas transformações quando, na clínica, nos deparamos com sujeitos que nos falam sobre a função estruturante que um irmão teve ou tem em suas vidas. Surge então, a importância destes estudos. Kancyper (1999) destaca que os profissionais envolvidos com a família não podem ficar presos aos modelos ultrapassados que davam contornos à família do século passado. Com essas referências, os profissionais não conseguem atribuir a devida importância às relações fraternas. O que pode ser prejudicial ao processo terapêutico, uma vez que um irmão pode se configurar como o único elemento em condições de dar suporte e cuidado para aquele desamparado.

Refletir sobre o fraterno é cada vez mais urgente em nosso tempo, uma vez que vivemos um momento em que a família é pensada e vivida dos mais diferentes modos. Talvez, a característica mais comum na maioria dos tipos de família, hoje, seja a horizontalidade das relações entre seus membros. Com isso, os lugares dos irmãos dentro das famílias também passam a ser considerados sob uma nova perspectiva, tanto pela cultura, como pelos membros da família.

Muitas questões ainda precisam ser investigadas no que concernem às relações fraternas. Apesar da sua reconhecida importância, vários autores apontam que ainda são poucas as pesquisas sobre essa temática (Ferreira & Mettel, 1999; Goldsmid & Féres-Carneiro, 2007; Passos, 2005; Paulo, 2006; Petean & Suguihura, 2005), sobretudo, acrescentamos, no que diz respeito ao suporte que os irmãos podem se oferecer mutuamente.

É importante deixarmos claro sobre que cuidado entre irmãos nos referimos neste trabalho. Percebemos que a maior parte da bibliografia acerca do tema do cuidado entre irmãos coloca este cuidar em duas perspectivas.

Por um lado, o cuidado comum, visto como aquele que é esperado para esse tipo de relação assim como aponta Rufo (2003), quando destaca que é na fratria onde as primeiras experiências de cumplicidade, confiança e proteção se manifestam.

Por outro lado, como já vimos, alguns autores trabalham o cuidado entre irmãos em contextos excepcionais, como na morte dos pais ou em decorrência de doenças ou transtornos graves na família. Nessa segunda perspectiva o cuidado na fratria é abordado muitas vezes como um esforço a mais, ou seja, uma condição que exige mais do que a relação comum exigiria.

Entendemos que a relação de cuidado entre os irmãos se institui dentro de um conjunto de outras relações que se estabelecem entre as pessoas que compõe a família. Esse cuidado em muito depende dos vínculos que são feitos entre esses sujeitos, assumindo expressões distintas quando se trata do cotidiano das relações familiares, ou em situações de crise onde um irmão demanda o outro de modo mais intenso.

Seja no cotidiano da família, seja em um contexto de crise, entendemos que a qualidade do cuidado ainda é pouco estudada e, por esse motivo, optamos por dissertar acerca das condições que são necessárias para que este cuidado entre os irmãos se estabeleça de modo mais profícuo.

O cuidado entre irmãos pode ser considerado um recurso da família. Esta é uma das infinitas formas de ser e conviver em família na atualidade que, por sua grande incidência e escassez de estudos, nos debruçamos no intuito de refletir. Indagamos então qual a importância do grupo fraterno para a família atual; quais as especificidades da relação fraterna; e qual a qualidade e as repercussões do cuidado entre os irmãos.

Para tanto, esta dissertação assumiu como objetivo, estudar o cuidado entre os irmãos, analisando teoricamente a qualidade desse cuidado e suas repercussões para os sujeitos envolvidos.

Para alcançar o objetivo geral proposto, buscou-se de modo específico: a) estudar o movimento histórico da família, no intuito de compreender os novos lugares dispostos para os irmãos no contexto atual; b) caracterizar as singularidades da relação fraterna; e c) problematizar o cuidado enquanto experiência vivida no espaço potencial.

Por fim, as reflexões advindas da pesquisa bibliográfica serão analisadas a partir de uma leitura psicanalítica, tendo como principal referência, as elaborações teóricas de Winnicott e Figueiredo. Acreditamos que a presente pesquisa poderá contribuir para o desenvolvimento da literatura acerca do tema, oferecendo também, subsídios aos profissionais que trabalham com famílias, crianças e adolescentes em diferentes contextos, em especial na clínica.

## 1. IRMÃOS NA FAMÍLIA, RECRIANDO SEUS LUGARES

Este capítulo tem como objetivo construir um percurso histórico da família, no intuito de apontar sua flexibilidade e abertura para a ampliação da relação fraterna no seu interior. Sendo assim, pretendemos destacar as transformações do cenário em que se desenvolve a constituição psíquica do grupo familiar e do sujeito, destacando a importância dos irmãos nos novos arranjos familiares.

Atualmente, fala-se muito das novas modalidades de ser família. Em alguns desses debates, fica evidente - de modo velado ou explícito - uma espécie de normatização dos chamados “padrões tradicionais da família”, ou seja, da família nuclear, monogâmica, patriarcal e burguesa. Desse modo, configurações familiares diferentes do modelo tradicional ainda são vistas como uma ameaça, muitas vezes até mesmo por aqueles que vivenciam essa condição. Podemos observar também que mesmo os profissionais, que deveriam acolher e favorecer a amplitude de mundo dos seus pacientes, por vezes, quando tratam das transformações vividas pelo grupo familiar, se colocam na posição de “denunciadores” da “desestruturação familiar”.

Ainda é comum encontrarmos trabalhos que destacam a positividade de um modelo de família do século passado que, apesar de ainda existir, cada vez mais deixa de ser a única possibilidade. Muitos clínicos ainda recebem as famílias e partem em busca do pai forte e disciplinador, da mãe completamente devotada ao grupo e dos filhos submissos. Esses profissionais partem em busca desse modelo e, ao invés, de acolher seus pacientes, apenas colaboram para o mal-estar proveniente da experiência de estar a margem da norma.

Desse modo, a pluralidade de configurações familiares que coexistem atualmente fica invisibilizada. “A família nuclear burguesa baseada na autoridade patriarcal parece ser o

modelo “normal” de família no imaginário social que, mesmo que não seja efetivamente vivida, é imaginada, pensada e idealizada” (Narvaz; Koller, 2006, p. 398).

Apesar disso, a relação entre os irmãos se amplia e ganha novos contornos impulsionados pelos novos arranjos da família na sociedade atual. A partir do momento em que precisa dar conta de novas demandas sociais e individuais, as funções do grupo familiar sofrem deslocamentos e seu funcionamento precisa se flexibilizar.

Assim, a relação fraterna começa a ser pensada para além da rivalidade costumeiramente abordada nos estudos sobre irmãos. Entendemos que fica cada vez mais evidente, também, a importância do grupo fraterno enquanto importante elemento de suporte na família.

Para seguir neste debate, é importante que ressaltemos a importância dos elementos históricos que integram e norteiam silenciosamente o grupo familiar. Desse modo, pensamos ser importante situar historicamente a família, no intuito de que esta construção nos ofereça subsídios para este estudo. Mais a frente, de modo breve, situaremos algumas facetas do indivíduo contemporâneo, e finalmente, abordaremos o movimento de democratização da família e a ampliação da relação fraterna nesse contexto.

### **1.1 Surgimento histórico da família**

Para amadurecer, o bebê humano precisa de proteção e cuidado; um outro que lhe apresente e lhe possibilite integrar gradativamente a experiência de existir. Hoje, denominamos família o grupo de sujeitos que, dentre outros aspectos, possibilita um ambiente primeiro de acolhimento, proteção e transmissão da cultura.

Segundo Lasch (1991, p.25), a família é o

“(…) principal agente da socialização, a família reproduz padrões culturais no indivíduo. Não só confere normas éticas, proporcionando à criança sua primeira instrução sobre as regras sociais predominantes, mas também molda profundamente seu caráter utilizando vias das quais nem sempre ela tem consciência. A família inculca modos de pensar e de atuar que se transformam em hábitos. Devido à sua enorme influência emocional, afeta toda a experiência anterior da criança” (Lasch, 1991, p.25).

Desse modo, não é de se admirar o quanto a família se torna lugar comum tanto nos dilemas pessoais, como nas tramas da nossa cultura. Seja na literatura, na música, no cinema ou no teatro, a família é exaustivamente retratada no intuito de aprofundar e ilustrar os conflitos humanos. No entanto, esta nem sempre existiu como a conhecemos. Ao longo da história, os cuidados que nos fundam como humano, se instalaram e foram exercidos dos mais diversos modos.

O surgimento da família moderna, enquanto primeira instituição social, composta por pais responsáveis afetiva e materialmente por um lar e seus filhos foi impulsionado por três concepções que se entrelaçam: a noção de sujeito individual; a separação entre público e privado; e o sentimento de infância.

Até o século XVII, de modo geral, a existência era pautada por normas muito bem estabelecidas, através do poder inquestionável da religião e da nobreza. As pessoas não tinham autonomia econômica e muito menos acesso às questões políticas. No entanto, esta época foi marcada pelos filósofos iluministas, responsáveis por dar início a movimentos de libertação e promoção da autonomia através da razão, questionando as autoridades e as condições sócio-políticas.

Assim, o homem pode voltar-se para si e para seus próprios projetos. Tornou-se possível apoiar-se nas tradições, sem se alienar a elas. Esta nova condição repercutiu sobremaneira na construção e no sentido de família, na medida em que indivíduo passou a

valorizar menos a comunidade e investir afetivamente nas pessoas que o circundam e participam ativamente dos seus desejos e decisões.

Além disso, podemos apontar a necessidade de acúmulo de capital, bem como de preservação do patrimônio adquirido, como mais um importante contributo para o delineamento do grupo familiar. No intuito de salvaguardar seus bens, as pessoas começaram a se afastar da vida coletiva para se proteger em pequenos grupos, fazendo do âmbito privado, uma necessidade que a família tende a ocupar. O Estado legitima essa configuração, pois ela atende as exigências sociais e oferece um desempenho produtivo à vida pública da época. A Igreja passa a regulá-la com concepções morais-religiosas, atribuindo tarefas e criando papéis para cada membro da família.

O fortalecimento da individualidade, da distinção entre público e privado e da responsabilização pelas crianças, cria parâmetros para uma família, reclusa e de papéis rigidamente demarcados. Isto significa que o homem assume o lugar de provedor, responsável pelo intercâmbio com a esfera pública e autoridade máxima; e a mulher tem o dever de cuidar do lar, educar e ser afetiva com os filhos.

Este modelo de família foi responsável por legitimar um discurso patriarcal extremamente opressor que custa a se diluir até hoje. Apesar disso, desde então, as famílias foram atravessadas por inúmeras demandas que alteraram sua estrutura. Tornaram-se cada vez mais planejadas e fechadas em si mesmas, e com padrões de baixa fertilidade e mortalidade. Também as noções de intimidade e privacidade foram completamente modificadas devido ao forte padrão de intensidade emocional que a família burguesa inaugurou.

Nesse sentido, segundo Singly (2007, p. 31):

A família contemporânea tem uma história; ela se construiu progressivamente como um espaço “privado” onde os membros da família

têm um interesse maior em estar juntos, em compartilhar a intimidade, estando cada vez mais sensíveis à qualidade de suas relações. Essa separação progressiva do espaço público e do espaço privado ocorre ao mesmo tempo que se observa o crescimento do peso do fator afetivo na regulação das relações intrafamiliares.

De acordo com Poster (1979), a proximidade relacional entre a mulher, que agora permanecia prioritariamente em casa, e seus filhos, potencializou a experiência de intimidade e intensificou as trocas de afeto entre os membros do grupo familiar. Desse modo, com a atenção voltada para os futuros herdeiros, as crianças tornaram-se símbolo do sucesso familiar, assumindo um lugar privilegiado no narcisismo dos pais.

No entanto, protegida pelos muros da casa, a família burguesa tinha crianças com fontes de identificação muito limitadas. O amor e o ódio eram sobretudo, dirigidos aos poucos adultos que faziam parte do cotidiano, o que aumentava a intensidade emocional desses vínculos, mas limitava os modelos identificatórios das crianças. Desse modo, “a criança adotou o adulto do mesmo sexo como seu ideal do ego, fornecendo valores e diretrizes positivos para a vida subsequente. Mas, com apenas duas fontes de identificação, a criança dependia dos pais num grau extraordinário” (Poster, 1979, p. 194).

Segundo Singly (2007), do século XIX até meados dos anos 60, a família obedeceu a um padrão comum entre os historiadores: o amor no casamento; a divisão estrita do trabalho entre o homem e a mulher; a atenção à criança, à saúde e à sua educação. No entanto, foi também nesse período, que a lógica do individualismo começou a ganhar de fato vigor. O indivíduo busca ser definido por si mesmo e não, primeiramente ou, exclusivamente, por seu lugar social. A família tem sua dimensão reguladora atenuada, tornando-se um espaço a serviço dos indivíduos que almejam a segurança de viver juntos.

O processo de industrialização, as novas tecnologias e a rápida urbanização das cidades modificaram as organizações sociais, fazendo com que a família, mais do que nunca,

torne-se plural. Sendo assim, como veremos no próximo tópico, a família manteve-se fiel a sua própria história, ou seja, continuou se atualizando.

### **1.2 A família continua em movimento...**

A família é uma célula social e como tal está representando e intermediando o que o contexto social geral traz em sua organização. Cada família traz valores que são oriundos de uma cultura mais ampla, que oferece diretrizes mínimas sobre relacionar-se em casal, entre pais e filhos e entre irmãos.

Sendo assim, quando indivíduos se unem em família, misturam-se suas histórias particulares, os padrões de relacionamento da família de origem, os valores sociais que cada membro traz em si mesmo e a dinâmica que se estabelece na interação entre todos esses elementos.

A tensão decorrente das constantes mudanças na paisagem social do mundo contemporâneo fez com que não encontremos mais um ambiente em que possamos interagir de maneira unificada e estável. O sujeito pós-moderno, como intitula Hall (2006), é fragmentado e miscigenado com várias identidades, muitas vezes contraditórias.

Segundo o autor, “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’: formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpolados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Hall, 2006, p.13). As transformações e multiplicações de representações culturais e sistemas de significação parecem não cessar e, com isso, somos confrontados cotidianamente com várias possibilidades de modelos identificatórios temporários.

Podemos afirmar que as antigas identidades, que ancoravam e davam estabilidade ao mundo social e à família, estão em constante tensão, abalando e deslocando as referências que dão suporte para as relações atuais. Para Giddens (2007, p.61):

Entre todas as mudanças que estão se dando no mundo, nenhuma é mais importante do que aquelas que acontecem em nossas vidas pessoais - na sexualidade, nos relacionamentos, no casamento e na família. Há uma revolução global em curso no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros.

Discussões sobre igualdade de gênero, sexualidade e a função da família estão constantemente em revisão. Nesse sentido, o sujeito contemporâneo que tanto buscou a liberdade de viver sem as pesadas amarras que antes oprimiam, agora precisa aprender a lidar com a imprevisibilidade do mundo, tendo como ponto de partida, a incerteza da sua própria identidade. Diferentemente da primeira metade do século XX, onde o trabalho do sujeito era construir sua própria identidade, tendo as instituições, tradições e demandas sociais como suporte, a atualidade já não oferece mais tantos pontos de resistência.

Segundo Passos (2007), em um mundo individualista, as relações são mais idealizadas e frágeis, comprometendo a relação sujeito-outro e tornando valores simbólicos como autoridade, amor e cumplicidade, empobrecidos. Com princípios básicos para organização e manutenção da família abalados, os subsistemas familiares tornam-se mais próximos, com fronteiras menos demarcadas. Na pior das hipóteses, quando estas fronteiras tornam-se excessivamente confusas ou se invertem, o grupo corre o sério risco de desenvolver patologias que certamente ampliarão o desamparo desses sujeitos.

De acordo com Lipovetsky e Charles (2004), vivemos a hipermodernidade. Segundo os autores, os valores cultivados na modernidade como a ênfase do discurso técnico-científico, o individualismo e o consumismo, são levados às últimas consequências. Para eles,

a cultura hipermoderna se caracteriza, sobretudo, pelo “enfraquecimento do poder regulador das instituições coletivas e pela autonomização correlativa dos atores sociais em face das imposições de grupo, sejam da família, sejam da religião, sejam dos partidos políticos, sejam das culturas de classe” (p. 83).

Desse modo, os indivíduos se tornaram cada vez mais independentes socialmente e flexíveis. No entanto, essa liberdade tem seu preço, pago com a desestabilização dos sujeitos, frente ao vazio deixado pelas tradições. Nas palavras dos autores: “Deixado a si mesmo, desinserido, o indivíduo se vê privado dos esquemas sociais estruturantes que o dotavam de forças interiores que lhe possibilitavam fazer frente às desaventuras da existência” (p. 84).

O pacto social que antes exigia lugares específicos para cada membro da família se enfraqueceu e abriu novas possibilidades. Isso significa que os lugares e as funções não são mais impostos. Agora precisam ser questionados, negociados e tecidos a partir do vínculo singular criado entre os membros de cada família.

Este processo de questionamento das tradições foi em muito impulsionado pelos grandes movimentos da década de 60, protagonizados sobretudo, pelos movimentos feministas e homossexuais, pelos ativistas de esquerda, naturalistas, hippies e todos aqueles que ousaram transgredir as normas culturais e criar novos modos de se relacionar com o outro.

Segundo Vaitsman (1994, p. 18), foi a partir de então que: “na literatura, na arquitetura, na arte e no discurso filosófico, nas práticas econômicas e políticas, assim como no casamento e na família, a heterogeneidade, a pluralidade, a flexibilidade, a instabilidade e a incerteza tornaram-se a regra”.

Os movimentos feministas e de libertação sexual foram importantes contributos contra o discurso patriarcal e a hierarquia de papéis sexuais. A conquista por condições de trabalho e salários iguais, por exemplo, não deu apenas riqueza e prestígio para as mulheres, mas também possibilitou o direito a cidadania, ampliando a atuação da mulher no mundo social e, conseqüentemente, dentro da sua própria família. A lógica da liberdade e da igualdade também foi incorporada em todas as dimensões pela família, substituindo ou provocando tensões com a hierarquia e o autoritarismo antes absolutamente vigente.

Roudinesco (2003) lembra ainda, que os avanços no campo da medicina propiciaram às mulheres não apenas o controle dos seus corpos, como também o controle da procriação e escolha de ter ou não, a participação direta do homem na fecundação. Opções antes impensáveis, como formar uma família sem a obrigatoriedade do coito sexual, ou simplesmente não ter filhos, tornam-se hoje cada vez mais comum.

Com o declínio da função meramente econômica da família, o amor e a atração sexual tornaram-se a principal base para os laços de casamento. Hoje, o casal tem vínculos mais intensos, sendo a intimidade, a principal base para sua manutenção. Desse modo, o casal passa a ter sua própria história, tendo autonomia para se formar e se separar quando a relação não for mais satisfatória. O sentido de família e sua integridade não dependem da união do casal como antes.

A legitimação e aceitação social do divórcio representaram novas possibilidades que trouxeram mais complexidade para a experiência familiar. Como exemplo, a possibilidade de ter e conviver com irmãos dos seus pais biológicos com outros cônjuges.

A análise dos dados do censo do IBGE de 2003, 2005 e 2006 aponta mudanças que contribuem para o aumento da diversidade familiar. Dentre estes dados, podemos destacar a queda nas taxas de fertilidade e a diminuição do casamento oficial. Além disso, observa-se a

quase duplicação do número de uniões consensuais em uma década, o aumento do número de casais que optam por não ter filhos, de separações e divórcios. Os dados também demonstram maior média de idade entre aqueles que se casam, aumento no número de pessoas que moram sozinhas e o crescente número de casamentos entre divorciados e solteiros e entre divorciados. Outro dado importante é que o número de mulheres que criam filhos sozinhas continua crescendo a cada censo, assim como o número de casais homoafetivos e de famílias sustentadas economicamente por mulheres ou idosos. (Wagner; Levandowski, 2008).

Esses dados nos dão uma ideia de como as famílias brasileiras estão mudando, deixando as divisões de função e papéis menos rígidas na dinâmica familiar.

Passadas três décadas da aprovação da lei do divórcio, são evidentes as mudanças que a família têm sofrido, principalmente no que se refere à sua configuração e estrutura. Quanto à configuração, que diz respeito aos elementos/personagens que compõem o núcleo familiar, já não é tão simples identificar e classificar aqueles que “são da família”. Quanto a sua estrutura, que se refere aos aspectos relativos às regras, ao poder, aos limites e aos contratos de convivência, em muitas famílias existe tal falta de definição de fronteiras, que se encontram acéfalas de liderança paterna/materna e com muita dificuldade de estabelecer limites e hierarquias entre os seus membros (Wagner; Levandowski, 2008, p. 91).

O perfil da família atual é plural e mutante. Concilia inúmeras circunstâncias em um mesmo grupo e está sempre se modificando. Ambos os pais são, cada vez mais, vistos como corresponsáveis por todos os cuidados com seus filhos, precisando lidar com a difícil tarefa de harmonizar a vida profissional com a pessoal e familiar.

Para que a família possa assumir essa realidade, uma nova rede de apoio é necessária, fazendo com que mais pessoas estabeleçam relações privilegiadas de forte laço afetivo, ampliando os modelos identificatórios das crianças. Os filhos passam a buscar apoio em outras pessoas para além dos seus pais, como nos irmãos e outros grupos de pares.

Todas essas mudanças fazem com que aconteçam deslocamentos nos lugares no interior da família. Mulheres e homens tem a mesma autonomia e voz nas decisões da família, assumindo e se responsabilizando pelas mesmas funções que antes eram vividas de modo segregado. Nessa família mais igualitária, os filhos não apenas assumem um lugar de destaque e forte investimento afetivo, como também, indireta ou diretamente, passam a participar ativamente de importantes decisões do cotidiano familiar. A autoridade circula entre os membros da família, tornando-a mais democrática.

### **1.3 O declínio da hierarquia e a democratização das famílias**

Roudinesco (2003) destaca três grandes momentos nas transformações da família: tradicional, moderna e contemporânea. No primeiro deles, “família tradicional”, a autoridade paterna apresenta-se como verdade absoluta e imutável. Como vimos, as famílias eram formadas em razão da preservação do patrimônio. As uniões matrimoniais pouco visavam atender aos interesses afetivos dos esposos.

Os séculos XVIII, XIX e meados do XX dão vida a “família moderna”, pautada na lógica da afetividade, unindo o casal com bases na reciprocidade de sentimentos e desejos. É importante lembrar que, já nesse momento, a autoridade paterna inicia seu declínio, uma vez que a vigilância do Estado torna-se cada vez maior.

Por fim, no terceiro momento, chamado por Roudinesco (2003) de “família contemporânea”, o casamento deixa de ser visto como eterno e passa a ser relativizado a partir do desejo de intimidade do casal. A fluidez do casamento e a igualdade entre os gêneros produzem múltiplos arranjos de organização familiar. A tradição que antes decretava normas, apesar de ainda ter grande relevância, é constantemente reinventada e adaptada aos nossos

tempos. Sendo assim, os membros da família tendem a dar mais importância aos seus interesses individuais, assumindo uma postura autônoma e horizontal.

A eleição do amor, como eixo central de nossas escolhas e de nossas vidas, não poderia deixar de trazer consequências enormes para a família. Se ao invés da tradição, do compromisso com a comunidade, da perpetuação através das gerações, elegemos um afeto tão forte e tão frágil simultaneamente, como norteador de nossas vidas as consequências não tardam a se manifestar (Vilhena, 2005, p. 7).

Essas transformações acarretam profundas mudanças na vivência da intimidade dentro da família. Os relacionamentos que antes tinham a tradição como base, produzindo modos hierárquicos de vínculos, hoje, estão sendo substituídos por um modelo de ideal igualitário aberto e democrático.

Isto se aplica aos relacionamentos entre pais e filhos tanto quanto a outras áreas. (...) Numa família democrática, a autoridade dos pais deveria ser baseada num contrato implícito. O pai ou a mãe diz de fato à criança: "Se você fosse um adulto, e soubesse o que eu sei, concordaria que o que estou pedindo que faça é bom para você." Nas famílias tradicionais as crianças deviam - e devem - ser vistas e não ouvidas. Muitos pais, talvez derrotados pela rebeldia dos filhos, gostariam muitíssimo de ressuscitar essa regra. Mas não há como retomar a ela, nem deveria haver. Numa democracia das emoções, as crianças podem e devem ser capazes de responder (GIDDENS, 2007, p. 72).

Desse modo, lidamos hoje com uma tendência à horizontalidade nas relações. Podemos ver seu desenrolar até mesmo em vínculos que antes eram marcadamente autoritários. Dá-se não apenas entre os membros de um grupo familiar, mas também, por exemplo, no diálogo entre professores e alunos, na política e nas estruturas organizacionais das grandes empresas.

Dando-se maior espessura horizontal, o homem moderno se vê cada vez mais como ator do mundo e pode, em seguida, considerar-se como libertador da condição humana. Assim, o século das luzes precisará e fará desabrochar o conjunto do pensamento moderno, para, em 1789, proclamar: “Liberdade, Igualdade, Fraternidade”. (...) No século XIX, os burgueses se libertarão dos nobres; no século XX, os trabalhadores se libertarão dos burgueses, a mulher do homem, o adolescente do adulto (anos sessenta). Enfim, no final do século XX, com o advento do código da criança somos testemunhas da libertação da própria criança. Tudo isso inscreve-se no estabelecimento da democracia e na importância cada vez maior concedida ao horizontal e ao igualitário, e mesmo ao fraternal (Fourez, 2000, p. 7).

É importante destacar a importância desse movimento para o grupo fraterno. Se antes os irmãos eram parceiros na subserviência a autoridade do pai, em uma família menos hierarquizada, aberta a novas possibilidades, os irmãos podem descobrir no encontro mútuo, um novo modo de sustentação e cuidado dentro da família. Desse modo, muitos irmãos veem-se convocados a saírem de um lugar de objeto de cuidados, para ocupar uma posição mais ativa de responsabilização com outro.

Ao falarmos de democratização na família, estamos nos referindo, principalmente, a co-responsabilização de ambos os pais pelos seus filhos, organizando a família enquanto um espaço aberto ao diálogo sem, no entanto, destituir a função parental de autoridade, estruturante do psiquismo grupal.

Diferente do autoritarismo, que está a serviço da coerção e da submissão do outro, a autoridade na família tem função simbólica e organizadora, uma vez que demarca a diferença entre as gerações, não para dominação, mas sim para gerar confrontos entre as gerações, produzindo afeto, fantasias, projeções, identificações e cuidado.

A responsabilidade que os pais têm sobre seus filhos é fundamental. Diferente de outros grupos, a família tem a particularidade de se organizar por um sistema de parentesco que para ser funcional, deve estabelecer direitos, deveres e interditos, criando e sendo sustentados por vínculos que unem e diferenciam os indivíduos. Este interjogo de elementos

possibilita a instauração e o reconhecimento mútuo dos lugares dentro do grupo familiar. A autoridade tem um papel nessa organização, na medida em que garante a manutenção desses lugares, transmitindo desejo, lei, humanização e socialização, enfim, possibilidade de subjetivação.

A hierarquia simbólica precisa existir demarcando as fronteiras entre as gerações. No entanto, a premência dos vínculos horizontais, na atualidade, exerce forte influência nesse funcionamento e na disposição dos lugares na família. Com a circulação da autoridade entre os membros do grupo, esta pode ser assumida, circunstancialmente, por um dos irmãos na ausência física ou afetiva temporária dos pais. É necessário frisar o caráter temporário dessas experiências, uma vez que seu prolongamento ou cristalização certamente sobrecarrega os irmãos e empobrece as funções parentais (esta questão será aprofundada no próximo capítulo). Esse intercâmbio de lugares é possível e demonstra a capacidade adaptativa da família em resposta às circunstâncias enfrentadas.

Vale lembrar que o que caracteriza a família hoje, não é a mudança de um modelo tradicional para outro mais horizontal ou democrático. Isso resultaria em uma nova opressão. O antigo e o novo coexistem, sendo que, se existe um padrão, este revelaria apenas que a família é um ambiente de possibilidades em constante mudança, que se ajusta aos seus membros e a sociedade no intuito de atender suas necessidades.

Ao falar da tendência das famílias atuais em buscar arranjos mais equitativos, Sarti (2002) acrescenta ainda que:

A experiência de democratização da vida cotidiana familiar reflete-se no plano da cidadania, ao promover os indivíduos de recursos para participar democraticamente na esfera pública, a partir da internalização ao princípio da autonomia que potencializa sua capacidade de discernir, julgar e escolher (p. 48).

Por outro lado, a autora também adverte que, de modo amplo, o enfraquecimento das tradições causam um embaçamento nas obrigações entre pais e filhos podendo gerar conflitos e carências na família. Hoje, a criança é concebida com certa autonomia, opinando e influenciando seus próprios projetos futuros, fato este que raramente seria imaginado a décadas atrás, onde os filhos eram completamente submissos diante das decisões dos seus pais.

De acordo com Zanetti e Gomes (2009, p. 197),

Em busca de relações mais igualitárias entre os sexos e isenta de repressões sexuais, diversos autores e profissionais especializados, procurando propiciar melhores condições de vida aos novos seres humanos, acabam se confundindo entre um combate ao autoritarismo e o princípio de autoridade, que passaram a ser concebidos sem distinção nos lares, de modo que ambos passaram a ser atacados e questionados.

Esta confusão apontada pelas autoras faz com que as figuras de autoridade que deveriam dar contornos subjetivos ocupando um lugar de referência, estejam deixando seus lugares vazios.

Os pais se esforçam para criar os filhos através de um modelo mais democrático, no entanto, a clínica nos mostra que muitas vezes essa tarefa torna-se bastante difícil. Os vários modelos e teorias que circulam na mídia, na ciência e no imaginário social, não permitem uma referência sólida sobre como cuidar dos filhos.

Mizhari (2004) aponta que o modelo de infância enquanto uma época de imaturidade e subordinação aos pais vem sendo trocado pela imagem de uma geração precoce e inteligente que muitas vezes supera e ensina aos mais velhos. A autora adverte que essa posição igualitária da infância nem sempre é de fato libertadora. Essa nova organização pode

levar a uma falsa autonomia da criança, fazendo-a perder importantes suportes quando ainda precisa deles.

De um lado, temos a criança, que, vendo-se suficientemente assistida pelos adultos, aproveita de fato a nova liberdade de estar menos com seus pais, de ampliar desde cedo o contato com seus pares, ou mesmo de conviver com os novos arranjos familiares. Por outro lado, temos um bebê que, tendo seus pais assoberbados pelo trabalho, deve não apenas se acostumar desde cedo com uma presença mais rarefeita de adultos disponíveis, como corresponder precocemente às novas exigências sobre seu desempenho educativo (MIZHARI, 2004, p. 74).

Podemos dizer que todos os pais estão fadados a se tornarem defasados em relação aos seus filhos. Por mais atualizados com as tendências de comportamento e todas as sempre inovadoras tecnologias, os pais devem tolerar, em algum momento, a desilusão de reconhecer que não são mais o oráculo particular dos seus filhos. Isso geralmente acontece no final da infância quando o jovem começa a ter recursos psíquicos e cognitivos para compreender e transformar o mundo a sua maneira, construindo sua singularidade a partir dos próprios referências aos quais teve contato. Esse tipo de afastamento dos pais é necessário e contribui para o amadurecimento dos seus filhos. No entanto, o mundo atual tem produzido e legitimado muitos pais defasados antes mesmo de se tornarem pais.

Desde o nascimento da família moderna, a criança nunca foi tão investida material e narcisicamente pelos pais como hoje. Com o mesmo vigor, os saberes especializados sobre a infância oferecem uma verdadeira invasão de privacidade acerca de como se ocupar da educação e da saúde das crianças. O discurso da ciência e do mercado oferece um infinito leque de possibilidades, na maioria das vezes contraditórias, à pais – confusos e inseguros com tantas “verdades” –, cada vez mais dispostos a terceirizar os cuidados das crianças com quem afirma que “realmente sabe”. Esta lógica é extremamente rentável às organizações que

dizem controlar esse conhecimento, no entanto, veem fragilizando os pais que já não se acham mais capazes de cuidar dos seus próprios filhos.

Nesse sentido, Postman (1999) questiona a consistência da infância na contemporaneidade, ao afirmar que os meios de comunicação modernos retiraram qualquer forma de controle sobre as informações. O autor nos diz que o mundo adulto está sempre escancarado na televisão durante todo dia. Fato esse que diminuiria a fronteira subjetiva entre o mundo adulto e o mundo infantil e, segundo o autor, estimulando o amadurecimento precoce das crianças e a capacidade para, munidos das mais diferentes informações, questionarem os papéis dos próprios pais.

Assim, as constantes e paradoxais informações que a mídia descarrega sobre os lares desestabiliza tanto a confiança dos pais nas suas capacidades de criar os próprios filhos, quanto na confiança dos filhos de poderem ser cuidados por seus pais, enfraquecendo a confiabilidade e a autoridade parental.

Segundo Savietto (2012), “as figuras parentais encontram-se, pensamos poder dizer, perdidas, tendendo à incapacidade de achar seus lugares, de exercer sua autoridade e de, dessa forma, deixar marcadas as diferenças simbólicas que dão ensejo à assimetria geracional” (p. 33).

Além disso, de acordo com Kehl (2008), o desamparo comum aos adultos da nossa sociedade, obviamente, tem efeito no exercício das funções maternas e paternas. Segundo a autora, a sociedade está tão narcísica e infantilizada, que o único ideal dos adultos é garantir o bem-estar das crianças. No entanto, esses adultos que perseguem o status de “bons pais” a todo custo,

perderam as referências para saber tanto o que é ser “bom” quanto o que é ser “pai” (ou “mãe”). Se os filhos se tornam o único ideal de seus pais, estes

não têm mais nada a lhes transmitir a não ser “seja feliz” – isto, numa sociedade em que felicidade se mede pela capacidade de consumo e diversão (KEHL, 2008).

Segundo a autora, os pais são levados a prometerem “dar tudo do bom e do melhor”, porém, como essa promessa é impossível de ser cumprida, as crianças estão cada vez mais agitadas, insatisfeitas e agressivas, enquanto os pais sentem-se cada vez mais culpados e impotentes.

Birman (2008) afirma que as figuras parentais atuais tendem a assumir um “estilo adolescente de existência” (p. 98), disseminado e determinado pelo espaço social. Em decorrência dessa postura, a autoridade simbólica das figuras parentais se fragilizou de forma progressiva e os filhos passaram a vê-los como iguais:

Assim, passou a ser não apenas comum mas também aceitável que pais e filhos pudessem usar drogas juntos, fazendo confissões e lembranças de suas histórias, como se fossem velhos amigos. Ou então, tomarem porres juntos e desabafassem as suas mágoas, ressentimentos e angústias. Da mesma forma, confidências sobre as vidas amorosas de cada um passaram também a serem trocadas, como se se tratasse de figuras quase iguais e como se a hierarquia simbólica e a assimetria geracionais deixasse de existir (BIRMAN, 2008, p. 98).

De acordo com Zanetti e Gomes (2009), o discurso da ciência desautoriza os pais em suas funções quando exigem deles que também se tornem especialistas, precisando ler livros e assistir programas direcionados a criação de crianças. As autoras lembram que a proliferação desses discursos especializados teve início no intuito de frear os abusos cometidos dentro das famílias. No entanto, hoje percebemos que o sentimento de zelo gerado foi exacerbado, dando as crianças, que mal foram apresentadas ao mundo, o poder de decidir por si mesmas o próprio futuro e transformando pais em técnicos de crianças.

Um bom exemplo disso pode ser visto na edição de agosto (2012) da Revista Crescer, que tem como foco publicar matérias sobre cuidados com a criança. Esta edição em questão traz a seguinte matéria em destaque na capa: “O que você pode fazer pelo cérebro do seu filho: como é o desenvolvimento em cada idade e de que forma ajudá-lo sem exageros”. Em apenas uma frase, a revista: atende ao apelo cultural pela primazia do desenvolvimento cognitivo e da precocidade intelectual; produz insegurança pelos possíveis “exageros” que um “pai leigo” pode cometer; gera culpa nos pais que ainda não tem essa “valiosa receita de sucesso”; e transforma os pais em técnicos com a habilidade de criar uma cisão entre a razão e a emoção a fim de focar apenas no cérebro do filho e não no seu amadurecimento como um todo.

Esta é apenas uma edição de revista, dentre as inúmeras publicações diárias em vários veículos de informação. Diante deste cenário, poucos são os pais que se sentem seguros para afirmar que não se enquadram na definição de Zanetti (2008, p. 36) sobre que características definiriam a “fragilização dos papéis parentais”. Segundo a autora: “pais que sentem culpa, dúvida e insegurança em relação ao próprio posicionamento enquanto pais, diante do que podem ou não fazer por seus filhos”.

Muitas vezes, inclusive, presenciamos pais que cuidam suficientemente bem dos seus filhos, porém, sentem-se culpados por não seguir um modelo produzido e idealizado pelas ideologias atuais.

A cultura do excesso, o individualismo levado ao extremo e o mercado de trabalho hiper exigente tem deixado o lugar parental de autoridade e responsabilização em suspenso. Monteiro; Golçalves; Refosco; Macedo (2012) destacam que muitos pais encontram-se indisponíveis para investir afetivamente em seus filhos, simplesmente por não incluí-los em suas prioridades. Por outro lado, também é comum encontrar pais que super

investem narcisicamente nos filhos, fazendo deles meros objetos de exibição e performance “para um mundo cada vez mais competitivo”.

De acordo com os autores supracitados,

ambas posições mantêm os pais desautorizados no exercício de suas funções, na medida em que se submetem a fazer tudo que lhes é solicitado ou ignoram o que lhes é demandado. (...) Seja na ausência do exercício de uma função paterna amorosa que tem como sustentação o cuidado, seja na imposição de modelos narcisitas nos quais os filhos representam ideais de completude, o desamparo marca presença. Em ambas as situações seja na indisponibilidade ou na desautorização dessas funções, a impossibilidade do reconhecimento das diferenças repercute na fragilidade e precariedade da condição dos jovens se posicionarem frente as exigências de suas vidas” (p. 112).

Para Hurstel (2006), lidar com o mundo infantil nunca foi tão complexo e incerto. A falta de certezas que possa balizar o ser pai e mãe produz pais com dificuldades de manter seus lugares genealógicos diferenciados do lugar das crianças. Sendo assim, de acordo com o mesmo autor (p. 171), “todos os substitutos e suplentes da função de “terceiro”, tão difícil de ser assumida pelos pais, são bem-vindos: especialistas de famílias, educadores, professores, “mediadores” e, porque não, **irmãos mais velhos** (...) (grifo nosso).

No entanto, para que isso aconteça sem prejuízos, Hurstel faz uma importante ressalva: esses suplentes não devem substituir os “(...) pais ou, o que é ainda pior, que eles não os desvalorizem através de palavras ou condutas (...) e mantenham-se em seu lugar, que não é o lugar genealógico” (p. 172).

## 2. RELAÇÃO FRATERNA: ELEMENTOS PARA PENSAR A CLÍNICA

Apesar de não existir uma literatura histórica específica da relação fraterna, Barcellos (2009) nos lembra que esta temática tem um rico registro em praticamente todas as culturas e tradições religiosas. A bíblia, as mitologias grega e romana e em um registro mais recente, os contos de fada, retratam na maioria das vezes o desafio de lidar com esse outro tão semelhante que é o irmão. Rivalidade e fratricídio são constantemente retratados em histórias que revelam indivíduos cansados por constantes comparações e, procurando construir suas singularidades, terminam por caminhar em direções opostas. Por outro lado, mas em menor número, também existem histórias que enfatizam o amor e a capacidade de cooperação dos irmãos.

Embora nesse trabalho enfoquemos as conotações específicas do micro espaço da família, vale lembrar que a questão fraterna também tem uma amplitude que conota uma série de ressonâncias no plano social. Sabemos dos movimentos populares de reivindicação, onde as pessoas se associam em uma dimensão horizontal em busca de um mesmo objetivo. Nesse sentido, Barcellos (2009) destaca que a noção de fraternidade enquanto espaço político fica evidente desde a Grécia Antiga, onde a irmandade era o ancoradouro da noção de cidadania. Desse modo, a fratria no contexto cultural, geralmente, denota responsabilidade e, principalmente, cuidado com o outro e com o laço social.

De acordo com Kehl (2000), tanto no plano cultural, como na família, o fraterno indica paridade de condição política, poder de contestação e liberdade criativa em oposição às manobras de dominação. A autora propõe pensar uma função fraterna que acontece na relação com o outro, o semelhante – quase sempre o irmão.

Para Kehl (2000), deve-se cada vez mais, considerar a importância das identificações horizontais. Segundo a autora, quando estas identificações não renunciam a identificação fundadora, dos pais ou seus substitutos, frequentemente fazem suplência perante ela.

(...) O pai se mantém enquanto *função* viva e operante, que continua a exigir dos membros da fratria a renúncia a certas satisfações pulsionais em nome do amparo que a coletividade deve oferecer a todos. Mas os termos vigentes da Lei podem ser alterados para melhor contemplar a diversidade entre os irmãos, já que a Lei existe para sustentar a vida social e não para beneficiar o pai real (Kehl, 2000, p. 44).

Desse modo, Kehl (2000, p. 44) destaca que a função fraterna pode ser considerada em três planos diferentes. 1) “a constatação, para a criança, da semelhança na diferença introduzida pelo irmão em seu campo narcísico, que o força a uma reelaboração da relação especular como o eu ideal e constitui para o *eu* um objeto ao mesmo tempo de ciúme, de interesse, de ódio e de identificação”; 2) confirmação e concomitantemente relativização do “poder de verdade absoluta da palavra paterna, possibilitando ao sujeito reconhecer-se como criador de linguagem e/ou fatos sociais”; e, 3) “abertura de um campo anônimo de circulação e transmissão de saberes. A circulação da palavra em sua multiplicidade de sentidos, em sua plasticidade criadora.” Neste ponto, há que se lidar com a ambiguidade da conquista que liberta, mas que, simultaneamente, desampara. Assim, no desafio de responsabilizar-se por si mesmo, encontram-se os irmãos, cúmplices, cuidando-se mutuamente.

A autora nos fala que a fratria tem um importante papel na relativização das verdades parentais. Isso acontece porque o reconhecimento mútuo assegura os irmãos de que podem contestar e criar. Fortalecidos pela cumplicidade, os irmãos são capazes de separar com mais facilidade, a verdade da palavra paterna, da Lei que regula o pacto social. Segundo

a autora, “a possibilidade de separar o Outro das figuras que encarnam a autoridade, produzida pelas experiências com os limites praticadas com o respaldo dos semelhantes, é condição do quinhão de liberdade a que temos direito nesta vida” (Kehl, 2000, p. 42).

Apesar da reconhecida cumplicidade entre os irmãos, não é raro encontrarmos na clínica relatos de grandes rivalidades que perduram por toda vida. De acordo com a autora supracitada, a rivalidade pode ter diferentes contornos a depender do modo como os pais e educadores reconhecem a fratria.

Atribuo a permanência das grandes rivalidades fraternas, nos casos em que estas se mantêm acirradas até a vida adulta, a um meticuloso trabalho por parte de pais e educadores que empregam, conscientemente ou não, táticas de “dividir para governar”, incentivando entre os filhos a fantasia infantil de que só haveria lugar, no amor parental, para o reconhecimento de Um. É evidente que esta pode ser também uma fantasia inconsciente de um dos pais ou de ambos, muito além de uma mera estratégia de manutenção do poder. A clínica psicanalítica registra com frequência as consequências devastadoras produzidas pela falta de lugar para a diversidade, no ambiente familiar, tanto sobre o vencedor da disputa quanto sobre os supostos perdedores (Kehl, 2000, p. 42).

As relações fraternas costumam ser as mais longas da vida das pessoas. O pais morrem, os casais formam-se e os filhos nascem mais tarde, os amigos mudam, mas, salvo em condições excepcionais, os irmãos tornam-se os mais antigos companheiros de vida. Mais do que isso, os irmãos são as únicas testemunhas do afeto, dos conflitos e dos referenciais identificatórios partilhados nos primeiros ciclos vitais. Cada sujeito, de modo singular, consciente ou inconscientemente, conserva a memória da intimidade compartilhada na família de origem, dando realces próprios a uma experiência de grupo e de eu coletivo familiar. Esse conjunto de experiências marca o sujeito para sempre, podendo estar tanto a serviço da cristalização e do sintoma, como da elaboração de experiências traumáticas.

De acordo com Meynckens-Fourez (2000), a fratria possibilita viver um ensaio da vida social. A família constitui uma microssociedade que impõe as primeiras interdições sociais contra o homicídio e o incesto, por exemplo.

É na relação fraterna, que os sujeitos aprendem a se situar diante dos seus pares, vivendo as primeiras experiências de competição e rivalidade, aprendendo a lidar com a agressividade e descobrindo a cumplicidade. “Irmãos e irmãs trocam facilmente seus segredos, sem temer o veredicto parental. Por estar menos carregado de conotação moral ou de angústia, o “conselho” fraterno terá mais chances de ser escutado” (Meynckens-Fourez, 2000, p. 19).

De acordo com Lacan (como citado em Kehl, 2000), o papel psíquico dos irmãos é influenciado também pela diferença de idade entre eles. Assim, quando a chegada de um irmão acontece ainda muito precoce na vida de um sujeito, é provável que seja sentido como um intrusão ameaçadora, promovendo regressão ou impulsos de destruição imaginária do outro. Quando no período pré-edípico, o nascimento de um irmão traz a tona questões importantes acerca da sexualidade, mobilizando temas como a origem dos bebês e a diferença sexual, promovendo assim, a entrada no complexo edípico. Já quando a fratria é formada muito tardiamente, fortalece-se a possibilidade do irmão ser “adotado”, despertando ternura e proteção, lançando o sujeito no plano das identificações parentais.

Já Barcellos (2009), destaca o impacto da ordem de nascimentos para a relação fraternal, parental e também nas escolhas relacionais da vida adulta. Segundo o autor, o lugar ocupado cronologicamente na fratria, ou seja, ser primogênito, irmão do meio ou caçula, marca, do ponto de vista psíquico, um modo de relacionamento com o outro, com características, fantasias, problemas e anseios específicos. Segundo o autor, “reproduzimos mais tarde na vida das relações, nos casamentos, nas experiências de associações, com

parceiros, companheiros e amigos pela vida afora, nossa posição no sistema de irmãos” (p. 37).

Também nesse sentido, Meynckens-Fourez (2000, p. 20) destaca o lugar ocupado na fratria como um norteador das futuras relações. Para ele, o sujeito inclina-se no sentido de retornar ao “papel que conhece bem – dominador ou seguidor – e terá tendência a reproduzir os mesmos esquemas relacionais”.

O filho mais velho está mais propenso a manter-se mais ligado as tradições da família e as referências identificatórias parentais, tornando-se mais conservador. Barcellos aponta também, que os irmãos mais velhos costumam herdar consciente ou inconscientemente, a autoridade parental diante dos outros irmãos. O filho do meio tende, por sua vez, a ter mais problemas em situações de conflito, pois sente-se dividido entre as tradições e a contestação. Por fim, o caçula está sujeito a lidar com uma família já com crianças e ainda, no caso de ser o terceiro filho, com um grupo fraterno formado, com acordos e regras estabelecidas. Assim, vê-se obrigado a “revolucionar”, no intuito de conquistar também seu espaço. Tende a ser mais voltado para modelos alternativos de relacionamento, estando mais aberto para as realidades extrafamiliares (Meynckens-Fourez, 2000; Barcellos, 2009).

De acordo com Kaës (2011) a questão fraterna tem um complexo próprio na estruturação dos sujeitos. Para além do complexo edípico, o complexo fraterno conserva especificidades próprias, capazes de exercer força sobre a constituição dos sujeitos e seus descendentes. Para o autor, o complexo fraterno

(...) designa uma organização intrapsíquica triangular dos desejos amorosos, narcísicos e objetais, do ódio e da agressividade em relação a este “outro” no qual um sujeito se reconhece como irmão ou como irmã. Como o complexo edípico, o complexo fraterno inscreve na psique a estrutura das relações intrapsíquicas organizadas pela representação inconsciente das posições correlativas ocupadas pelo sujeito, pelo “irmão” ou pela “irmã” e o terceiro

termo que os liga, opondo-os na conflitualidade própria a este complexo (Kaës, 2011, p. 43).

Desse modo, o complexo fraterno funciona no processo da constituição do ego, do narcisismo e das identificações com o outro semelhante. Enquanto o complexo de Édipo é marcado pela diferença de gerações, representando o eixo vertical da estruturação psíquica, o complexo fraterno, por sua vez, configura-se como o eixo horizontal da estruturação da psique. O contato com os pares confere uma liberdade de experimentação que a relação com os pais nem sempre pode oferecer. Sendo assim, “esses dois eixos se cruzam, se combatem, se incitam um ao outro, às vezes se lançam bruscamente um sobre o outro, mas nenhum pode existir em plenitude sem o outro. O local onde esses dois complexos se cruzam também é o lugar onde eles se fecundam um ao outro (Kaës, 2011, p. 44).

Para Kancyper (2004), o complexo fraterno tem quatro funções: substitutiva; defensiva; elaborativa e; estruturante. Vejamos:

A função substitutiva é exercida quando o complexo fraterno se apresenta no intuito de substituir ou compensar funções parentais falidas. Essa função pode, através dos irmãos, operar a elaboração de questões edípicas, ou ainda, servir de receptáculo para sentimentos hostis relacionados aos pais, mas deslocados para os pares.

A função defensiva se manifesta com a intenção de encobrir situações conflitivas edípicas ou narcísicas não resolvidas, na tentativa de amenizar angústias.

Já a função elaborativa, está a serviço do incessante trabalho de elaboração e superação dos remanescentes normais e patológicos por toda vida. Kancyper nos diz que os sujeitos, sem o adequado exercício dessa função, podem se manter fixados em traumas fraternos, atormentados pela rivalidade com seus semelhantes.

Por fim, a função estruturante representa um papel fundamental na organização da vida psíquica, não apenas dos irmãos na família, mas também nos povos e na cultura. Desse modo,

(...) así como el sueño es la vía regia para el conocimiento del inconsciente - el complejo fraterno, a través de sus cuatro funciones, representa outra vía regia para ampliar las fronteras del conocimiento del alma humana, y para dilucidar y superar los conflictos provenientes de las estructuras edípica y narcisista em la psicología individual y social (Kancyper, 2004, p. 246).

## 2.1 A clínica e o fraterno

Meynckens-Fourez (2000) e Kancyper (1994; 1999; 2004), nos falam que a dinâmica própria do sistema fraterno pode vir a ser um importante recurso terapêutico. Como instrumento teórico dessa análise, os autores lançam mão do conceito de “vasos comunicantes”. Segundo Meynckens-Fourez (2000, p. 20), “a fratria poderia ser vista como um conjunto de vasos comunicantes. O movimento de um tem repercussões sobre o outro, o comportamento de um influencia a resposta do outro. Este fenômeno cria emergências e organiza a personalidade”.

No entanto, Kancyper faz uma ressalva, afirmando que a configuração fantasmática dos vasos comunicantes tem maior intensidade quando há precariedade nas fronteiras egóicas entre os irmãos, que dificultam a elaboração da diferença.

Segundo o autor, essa “fantasia está baseada no modelo físico de um sistema hidrostático composto de dois ou mais recipientes interligados por sua parte inferior” (1999, p. 68).

Nos vasos comunicantes pode verificar-se experimentalmente o fato de que, em um sistema de vasos de distinta forma interligados entre si, qualquer líquido vertido em um deles alcançará o mesmo nível em todos os demais, já que na realidade todos os vasos formam um só, cheio de líquido. A aplicação deste funcionamento (...) configura a representação dos irmãos como se fossem vasos comunicantes entre si unidos ao todo de comunicação parental, fonte inesgotável que nutre todos os integrantes do sistema de um modo igualitário, para que finalmente tudo se mantenha em um perfeito equilíbrio (Kancyper, 1999, p. 68).

Para o autor, a aceitação incondicional desse princípio de nivelção está mais a serviço da negação da alteridade, do que do cuidado e da solidariedade. Desse modo, o desnivelamento que quebra a homeostase desse sistema fantasmático costuma desencadear intensos sentimentos de culpa e necessidade de castigo.

A real discrepância de investimento parental entre os filhos, ou a fantasia desse desnivelamento, pode ter infinitas repercussões na dinâmica familiar, marcando o sujeito para sempre. O sujeito que se sente privilegiado pode, por exemplo, proteger o irmão desamparado, ou ainda, tentar masoquistamente se boicotar para oferecer espaço para os outros membros da fratria. O filho privilegiado, herdeiro dos olhares parentais, pode ser devastado por uma imensa culpa fraterna. Para Kancyper, este sujeito tende a buscar inconscientemente o fracasso e a infelicidade a todo custo na tentativa de nivelar esta balança parental que pesa mais para o seu lado. Assim, são sujeitos que procuram se anular diante do desejo do outro. Comportando-se masoquistamente, deixam-se ser explorados no intuito de pagar essa dívida familiar. Por outro lado, o irmão “desprivilegiado” pode, por exemplo, tanto assumir um lugar paralisante de vítima, como se aproveitar desse lugar para tirar vantagem dos outros irmãos.

Indagamos como o cuidado entre irmãos se instala dentro desse contexto. O cuidado será melhor trabalhado no próximo capítulo, mas, desde já, podemos afirmar que a culpa pode até fazer com que um irmão procure proteger e cuidar do outro, no entanto,

quando a relação se sustenta apenas por esse sentimento, fatalmente se tornará empobrecida, carente de espontaneidade e criatividade.

De acordo com Kancyper (1999), deve-se estar atento as especificidades do complexo fraterno na clínica. Para ele, há uma espécie de compulsão teórica por parte dos analistas em exageradamente centrar a análise no complexo de Édipo, excluindo o fraterno do cerne terapêutico.

Birman (2003, p. 95) também comenta o assunto quando nos diz que

O laço fraterno como questão foi não apenas negligenciado na tradição psicanalítica, mas também colocado como secundário e até mesmo no limite considerado desprezível na economia psíquica, como conseqüência e desdobramento inevitáveis da prevalência atribuída à figura paterna (Freud, Lacan) ou à figura materna (escola inglesa). Este seria o obstáculo teórico maior, no campo psicanalítico, para que se possa atribuir à fraternidade positividade maior na economia subjetiva.

Kancyper (1999) nos diz que a história infantil com a particularidade da fratria é atualizada e reeditada na transferência fraterna, devendo ser considerada e acolhida. O analista deve incluir a importância dessa experiência na análise, tentando inclusive, reconhecer como essas fantasias afetam o seu próprio complexo fraterno.

As transferências e contratransferências edípicas, narcísicas e fraternas não são opostas. Apresentam diferentes lógicas e, ao esclarecer as especificidades respectivas e detectar suas articulações, permitem obter um entendimento mais abrangente, e ao mesmo tempo mais preciso, da problemática situação analítica (Kancyper, 1999, p. 76).

A relação fraterna não desempenha suporte apenas para os irmãos. Toda família é beneficiada quando há um espaço de criação entre estes sujeitos.

O vínculo fraterno pode assegurar o equilíbrio familiar, contribuindo para a elaboração de uma crise instaurada. Os irmãos também tendem a se apoiar e se fortalecer quando na velhice dos pais, se tornam os agentes de cuidados (Goldsmid & Carneiro, 2007; Muniz & Carneiro, 2012).

Desse modo, podemos perceber diante de toda gama de fatores que enriquecem a fratria, como o cuidado entre irmãos pode ser fundamental para o sujeito. Cabe, enquanto profissionais, escutarmos essa relação, estando livres para ampliarmos suas possibilidades para os sujeitos.

### 3. O CUIDADO CRIATIVO ENTRE IRMÃOS

Segundo Winnicott, não há existência se não através do cuidado de um outro capaz de oferecer bases afetivas e materiais seguras. Essa perspectiva nos direciona para a noção de um ser humano que tem a subjetividade aberta para o mundo, se constituindo na relação interdependente e viva com o ambiente. Assim, desde o nascimento, necessitamos de um entorno apropriado, em condições de aceitar a potencialidade do humano em direção ao amadurecimento. É apenas na condição de acolhidos por um “ambiente suficientemente bom” (Winnicott, 2000), que podemos experienciar as satisfações, ansiedades e conflitos inerentes à vida.

Após levantamento da obra do autor, percebemos que Winnicott pouco falou diretamente sobre a relação entre os irmãos. No entanto, fica claro que estes certamente estão presentes sempre que Winnicott nos fala da importância da família e do ambiente suficientemente bom compreendido não apenas pela mãe fundante, mas por todo plano que sustenta e facilita (ou não) o amadurecimento do sujeito por toda vida.

Como já vimos, os irmãos podem ser um importante recurso para o cuidado na família. Cabe nesse momento, uma reflexão acerca de quais são as possíveis repercussões dessa relação de cuidado entre os próprios irmãos.

A teoria de Winnicott se baseia na tese de que o viver criativo – somente alcançado por meio do cuidado ambiental – está diretamente relacionado com a saúde, uma vez que preserva e permite a expressão do impulso vital pessoal. Sendo assim, veremos a seguir, como esta questão pode ser útil para uma leitura da relação de cuidado entre os irmãos.

### 3.1 Fundamentos da teoria para pensar o amadurecimento em Winnicott

De acordo com Winnicott, cada ser humano herda a capacidade de ser criador de si e do mundo, dono de um impulso vital que tende ao amadurecimento. Para ele (2005b, p. 139), essa herança que caminha à continuidade de ser “inclui a tendência em direção à integração da personalidade, em direção à totalidade da personalidade em corpo e mente, e em direção ao relacionamento objetal, que posteriormente se torna relação interpessoal”. No entanto, jamais encontra meios de prosseguir com saúde sem depender de um suporte ambiental adequado. Sendo assim, o autor defende a tese de que o amadurecimento depende fundamentalmente de dois fatores: a tendência inata à integração em uma unidade e a constância de um ambiente suficientemente bom que se adapta as necessidades do sujeito.

O autor (1990) afirma que nascemos em um estado de não-integração acompanhado por uma não-consciência de si e do outro. Nesse momento, tudo é estranho ao bebê, inclusive ele mesmo. Essa condição se dá porque ainda não existe um ego forte o suficiente para situá-lo no tempo e no espaço, colocando-o em total ausência de unidade. A importância dessa condição está no fato de que

é somente a partir da não-integração que as várias formas de integração podem se produzir. Fosse a integração dada, o ser humano não seria tal qual é, uma vez que, tanto a saúde quanto as dificuldades e os distúrbios que são próprios dos humanos são estados relativos ao sucesso ou ao fracasso das tarefas integrativas dos estágios iniciais, enquanto conquistas do amadurecimento (Dias, 2003, p. 128).

Sendo assim, os primeiros passos em direção à integração estão relacionados com o cumprimento das tarefas integrativas. No entanto, Winnicott destaca que estas tarefas nunca são totalmente superadas. Além de permanecerem enquanto marca biográfica do sujeito, também se conservam como possibilidade de retorno caso o indivíduo, por algum motivo, precise experienciar novamente.

Portanto, o amadurecimento não pode ser considerado linear e, muito menos, definitivo. “A integração da personalidade não é alcançada num determinado dia ou numa determinada época. Ela vem e vai, e mesmo quando alcançada em alto grau pode ser perdida devido a uma situação ambiental adversa” (Winnicott, 2000, p. 289). A esse respeito, o autor diz ainda, que em “(...) um indivíduo de qualquer idade, poderemos encontrar todos os tipos de necessidades ambientais, das mais primitivas às mais tardias” (Winnicott, 1990, p. 179).

Fica claro, desse modo, que o self jamais encontra uma forma ou fica pronto. A necessidade de depender de um ambiente facilitador – em diferentes medidas – acompanha o ser humano por toda vida. O amadurecimento e a autonomia conquistada ao longo do tempo só podem acontecer na base de um suporte que começa com o primeiro outro cuidador e depois se estende para outros membros da família com os irmãos, amigos, instituições e outros grupos sociais.

Por ambiente facilitador, ambiente suficientemente bom ou ambiente de holding, entendemos ser aquele que, através da estabilidade, torna-se capaz de oferecer sentidos e contornos, sem no entanto, oprimir ou retaliar severamente as contribuições pessoais do sujeito. O cuidado suficientemente bom deve transmitir um sentimento de confiabilidade. Essa condição é fundamental, pois permite que o sujeito sinta que pode explorar e se relacionar com o ambiente de modo espontâneo.

Desse modo, o amadurecimento só pode se transformar de modo muito gradual e apenas a partir da integração do cuidado permanentemente recebido. A continuidade do cuidado é uma característica central do ambiente facilitador. “Se o ambiente não sofre reviravoltas, a criança tem a oportunidade de conservar um sentimento de continuidade do ser; (...) Existindo essa continuidade, o indivíduo adquire uma estabilidade que jamais poderia obter de outro modo” (Winnicott, 2005a, p. 40).

É importante lembrar, no entanto, que não existe qualquer conotação determinista ou definitiva na teoria de Winnicott. O autor nos fala que mesmo em situações adversas, a criança pode resistir às falhas e, posteriormente, encontrar no ambiente condições para um amadurecimento saudável.

Diante dessas definições iniciais, já podemos nos questionar sobre alguns aspectos do cuidado entre irmãos. Sabemos que em muitas situações, assumir grandes responsabilidades pode ser vivido com uma experiência opressora. Desse modo, será possível se responsabilizar e cuidar de um irmão, e ainda conservar a espontaneidade? Sobre o irmão-cuidado, pode ele se sentir seguro nesse ambiente oferecido por seu irmão-cuidador? Por fim, tanto para os sujeitos que cuidam dos seus irmãos, como para os que são cuidados por eles: é possível ser criativo nessa relação?

Para responder estas questões, discutiremos alguns pontos relativos ao cuidado e ao amadurecimento na teoria de Winnicott, que posteriormente nos auxiliarão a pensar a qualidade da relação de cuidado entre os irmãos.

### **3.2 O caminhar do amadurecimento...**

Desde o início, a vida está relacionada à busca pela continuidade de ser. Segundo Winnicott (1982, p. 29), “*cada bebê é uma organização em marcha*. Em cada bebê há uma centelha vital, e seu ímpeto para a vida, para o crescimento e o desenvolvimento é uma parcela do próprio bebê, algo que é inato na criança (...)”.

De acordo com o autor, o ser humano tem demandas específicas que variam em função dos recursos internos e do cuidado ambiental. O cumprimento ou não dessas necessidades direcionam o sujeito para saúde ou para doença.

Winnicott considera o ser humano enquanto um ser temporal, pois precisa de sucessivas conquistas maturacionais que só podem se produzir em decorrência do tempo. Por esse motivo, divide o desenvolvimento em três níveis de dependências ambientais: dependência absoluta, dependência relativa e rumo à independência. É importante lembrar, no entanto, que diferentes aspectos de cada estágio podem acontecer em qualquer período da vida, não seguindo em nenhuma hipótese, qualquer cronologia ou linearidade rígida.

No início, o bebê é tão dependente do ambiente que não faz sentido pensar nele isoladamente. Nasce totalmente indiferenciado do mundo, incapaz de reconhecer tanto a realidade interna, quanto o mundo externo, uma vez que ambos fazem parte de um todo amorfo.

Winnicott vai chamar esse período de estágio de dependência absoluta. Neste, o bebê simplesmente não pode existir se não houver alguém que o proteja integralmente.

É necessário que alguém se identifique com ele e esteja disponível para cuidá-lo, garantindo sua integridade física e psíquica. “Não existe tal coisa chamada bebê (...) se decidirmos descrever um bebê, encontrar-mos-emos descrevendo um bebê e alguém. Um bebê não pode existir sozinho, sendo essencialmente parte de uma relação” (Winnicott, 1982, p.99).

No entanto, o psicanalista lembra que a mãe/ambiente precisa ser suficientemente boa e não perfeita. Chega a dizer que se existissem mães imunes à falha, estas seriam as piores. “A perfeição pertence às máquinas e as imperfeições próprias da adaptação humana às necessidades constituem uma característica essencial do meio ambiente facilitador” (Winnicott, 2005b, p. 146).

Desse modo, a mãe/ambiente ideal seria aquela capaz de atender as necessidades do filho sem se impor demasiadamente, mas que, todavia, por ser humano, também comete

falhas. Se estas falhas não forem constantes, não representarão uma ameaça, uma vez que mesmo incipiente, o bebê já carrega defesas próprias. Pelo contrário, como veremos mais a frente, as falhas são fundamentais para criação do não-eu, permitindo que o bebê possa experimentar seu potencial de buscar a si mesmo em meio as soluções criativas que encontra para lidar com o mundo.

Na dependência absoluta, o bebê precisa de alguém que se vincule a ele, se emprestando e facilitando a constituição de sua subjetividade; posicionando-o no tempo e no espaço; apresentando os objetos do mundo externo; e integrando-o em uma unidade constituída por corpo e vida psíquica.

Diz o autor que, para enfrentar essa tarefa, a mãe descobre uma condição especial de identificação, orientada, principalmente, por suas próprias experiências arcaicas de acolhimento e intimidade quando ainda bebê. Desse modo, a mãe é tomada por “(...) uma vontade e uma capacidade de desviar o interesse do seu próprio self para o bebê” (Winnicott, 2005a, p. 27).

No final da gestação e nas primeiras semanas depois do nascimento, se tudo está caminhando bem, a mãe torna-se capaz de investir inteiramente na relação com o bebê. Winnicott (2002a) chama essa condição de “preocupação materna primária”. Esse estado dá à mãe a capacidade de se identificar e se colocar no lugar do recém-nascido de um modo que nenhuma técnica poderia fazer tão bem e nenhum especialista poderia ensinar. Desse modo, a mãe pode saber como o bebê está se sentido e do que está precisando. Ao mesmo tempo em que traduz os desconfortos e prazeres para suprir as necessidades do bebê, a mãe também dá sentido e curso a experiência criadora do seu filho.

Ainda nesse sentido, de acordo com Winnicott, a mãe precisa viver o mundo do bebê por certo período, para poder responder sensivelmente as necessidades da criança. Caso

contrário, o bebê terá que se submeter defensivamente as imposições da mãe, perdendo a espontaneidade e a capacidade de explorar o mundo com pleno vigor. Nas palavras do autor:

Essa função materna essencial possibilita à mãe pressentir as expectativas e necessidades mais precoces de seu bebê, e a torna pessoalmente satisfeita sentir o lactente à vontade. É por causa desta identificação com o bebê que ela sabe como protegê-lo, de modo que ele comece por existir e não por reagir. Aí se situa a origem do self verdadeiro que pode se tornar uma realidade sem o relacionamento especializado da mãe, o qual poderia ser descrito com uma palavra comum: devoção (Winnicott 1983, p. 135).

No entanto, quando nesse estado de sintonia absoluta, as mães costumam ficar regredidas e vulneráveis. A saúde psíquica da unidade mãe-bebê depende também de uma continência adequada, geralmente oferecida pelo parceiro e/ou pela família. Essa proteção permite que a mãe possa voltar-se em um grau extremo para sua relação com o bebê, sem levar ansiedades do mundo externo.

Desse modo, é apenas minimamente acolhida pelo ambiente que a mãe terá condições de exercer as funções básicas de maternagem. Para Winnicott (1983), os cuidados da mãe/ambiente suficientemente boa nos primeiros estágios da vida do bebê deveriam ser de a) holding, b) handling e c) apresentação dos objetos. Essas três funções maternas são indispensáveis para que o bebê conquiste a integração em uma unidade, sinta que está vivo em um corpo e relacione-se com o mundo externo, adquirindo, posteriormente, a capacidade de viver criativamente. Vejamos mais detalhadamente cada uma desses cuidados fundamentais.

a) O holding pode ser caracterizado pelo cuidado tanto enquanto experiência física, como enquanto vivência simbólica. A permanência desse cuidado possibilita a transmissão e a afirmação do afeto e do desejo pela criança.

De acordo com Winnicott (1983, p. 48), o holding deve ser antes de tudo, “consistente de um modo que implica a empatia materna”. Para o autor, o holding:

Protege da agressão fisiológica.

Leva em conta a sensibilidade cutânea do lactente – tato, temperatura, sensibilidade auditiva, sensibilidade visual, sensibilidade à queda (ação da gravidade) e a falta de conhecimento do lactente da existência de qualquer coisa que não seja ele mesmo.

Inclui a rotina completa do cuidado dia e noite (...).

Segue também as mudanças instantâneas do dia-a-dia que fazem parte do crescimento e do desenvolvimento do lactente, tanto físico como psicológico. (Winnicott, 1983, p. 48)

Podemos entender o holding como um carregar afetivo confiável, que possibilita a união das partes psíquicas ainda não integradas do bebê. É inaugurado na relação mãe-bebê, em um primeiro momento com o segurar no colo, para em seguida, assumir um cuidado mais complexo, que envolve toda capacidade do ambiente de proteger e adaptar para a criança as experiências que ultrapassem suas condições físicas e psíquicas.

O holding tem início antes mesmo da noção de convivência, ou seja, antes da possibilidade de reconhecimento de um outro. Se estende através da convivência com a mãe e, posteriormente, através da relação total com o pai, a família (incluindo os irmãos) e outros grupos sociais ao longo de toda a vida.

Para dar encadeamento a essa linha do existir, é necessário, também, que a mãe/ambiente auxilie o bebê em sua busca por uma localização psicossomática. Para tanto, Winnicott nos diz que a consciência de pertencimento a um corpo só pode acontecer na presença de um cuidado de handling (manejo).

**b)** A função de handling capacita o bebê na tarefa de habitar o próprio corpo. Segundo Winnicott, esse cuidado promove a inter-relação entre as partes físicas e psíquicas ainda não integradas. Isso se dá por meio de um processo no qual o ego reconhece e ampara o eu corporal, estabelecendo o sentimento de ser em um corpo localizado no espaço. Essa conquista faz com que esse bebê, que agora começa a se abastecer de fronteiras corporais,

pouco a pouco, também adquira a capacidade de estabelecer diferenciações entre a realidade interna e o mundo externo.

Exemplificando, quando uma mãe, através da identificação com o seu bebê (isto é, por saber o que o bebê está sentindo), é capaz de sustentá-lo de maneira natural, o bebê não tem de saber que é constituído de uma coleção de partes separadas. O bebê é uma barriga unida a um dorso, tem membros soltos e, particularmente, uma cabeça solta: todas estas partes são reunidas pela mãe que segura a criança e, em suas mãos, elas se tornam uma só (Winnicott, 1994).

Ao ser tocado, manipulado, acariciado, cuidado, nomeado e seguro, o bebê, gradativamente, percebe sensações das diferentes partes do seu corpo. Em um primeiro momento, essas sensações fazem parte da onipotência do bebê e, por isso, ele terá a ilusão de que está criando as sensações. Pouco a pouco, o bebê irá descobrir que está vivo dentro de um corpo e que as diferentes sensações que percebe correspondem a interação das diferentes partes do seu corpo. Além de contribuir para consciência de si enquanto pessoa total, esse cuidado também tem efeito na coordenação e desenvolvimento do tônus muscular.

c) Já a apresentação dos objetos, é condição capital para o estabelecimento das relações objetais. Nesse momento, o bebê vive a transição entre o estágio de dependência absoluta e dependência relativa. Ao mesmo tempo em que ainda requer um alto grau de adaptação ambiental, faz uso dessa provisão para começar a se relacionar com o mundo externo.

A apresentação dos objetos permite que o bebê possa experimentar emoções e situações sem correr o risco de se deparar com uma ameaça ou imposição grave. Esse cuidado possibilita que o bebê tenha a ilusão de completa onipotência. Ele vive a experiência de estar criando o mundo de acordo com suas próprias necessidades. A provisão ambiental suficientemente boa permite que o objeto imaginado pelo bebê adquira existência real no momento apropriado em que é aguardado.

Para que isso possa acontecer, o ambiente deve garantir as condições que levam o bebê a viver uma “loucura específica permitida aos bebês” (Winnicott, 1975, p. 102). Ou seja, viver a onipotência na ilusão de criar todo o mundo e em seguida, pouco a pouco, relacionar e diferenciar os objetos subjetivos dos objetos objetivamente percebidos.

Comentando acerca da apresentação dos objetos, Abram (2000) nos fornece uma valiosa ilustração acerca dessa experiência. Segue:

É o oferecimento do seio materno no momento apropriado que proporciona ao bebê o sentimento de que isto é tudo o que ele necessita. Se o bebê recém-nascido pudesse falar, diria “necessito de algo, mas não sei de quê, porque nasci há pouco”. Como resposta, a mãe escuta o choro provocado pela fome diz a si mesma, “reconheço esse choro; ele faz-me lembrar de um sentimento que tive quando era recém-nascida, fico feliz por poder aliviar essa necessidade. Vamos tentar”. Esta comunicação estabelecida entre mãe e bebê faz com que a mãe proveja o bebê com aquilo que ele necessita, o que o torna capaz de sentir que “criou” aquilo que lhe foi oferecido (Abram, 2000, p. 152).

Sendo assim, através dessa função, a mãe preserva a ilusão de onipotência do bebê, adaptando a realidade externa ao que o bebê está preparado para criar e lidar. O ambiente cumpre essa tarefa quando apresenta o mundo em pequenas doses, de modo simplificado, constante e estável.

Como todas as outras potencialidades humanas, a criatividade originária que cria o mundo e os vários sentidos do real deve poder ser exercida desde o começo da vida; caso contrário, ela fenecerá e o indivíduo não será capaz de dotar o mundo de significado pessoal. Para que o bebê possa exercê-la, inicialmente, é preciso que a apresentação de objetos seja feita de tal maneira que, ao mesmo tempo o lactente estabelece uma relação com esses objetos, ele é mantido na ilusão de onipotência, ou seja, ele cria o que necessita sem nenhuma consciência da ajuda que lhe possibilita este feito. (Dias 2003, p. 170)

O ambiente suficientemente bom deve ser capaz de preservar a onipotência do bebê, a partir da ilusão de que é ele que cria o mundo e os objetos que lhes são apresentados. Isso apenas é possível, como já vimos, devido ao grau extremo de identificação da mãe com

seu bebê. Essa condição permite que a mãe, empaticamente, identifique as necessidades do bebê e possa interagir com ele de um modo que, paradoxalmente, ele tenha condições de aceitar e integrar essa experiência como uma criação própria. Para Winnicott, essa experiência de onipotência funda um mundo seguro e confiável onde o bebê pode construir criativamente seu próprio self, por meio da confiança inabalável de que pode ser espontâneo, sem o receio de ser invadido por grandes porções de realidade externa.

A preservação da onipotência fortalece o sentimento de ser real; de continuidade da existência; tem efeito no processo de uniformização do self do bebê; e o prepara para que possa ser gradualmente introduzido no campo da realidade compartilhada.

Nesse momento de transição entre a indiferenciação e a convivência, confiar no ambiente é também confiar em si mesmo. Desse modo, inicia-se aqui as bases para o que Winnicott chama de self verdadeiro.

A partir desse momento, o amadurecimento da criança requer novas necessidades, ganhando assim, maior complexidade. A capacidade crescente de se relacionar com o mundo externo faz com que a criança demande uma nova postura do ambiente.

Na medida em que o bebê amadurece, a mãe inicia a saída do estado de preocupação materna primária e o bebê entra em contato com as primeiras experiências de desilusão. Isso não quer dizer que a adaptação ambiental não é mais necessária. Muito pelo contrário, é fundamental e ainda em alto grau, no entanto, nesse momento, as pequenas falhas ambientais não representam um perigo como antes.

As pequenas falhas permitem que a criança coloque em prática suas novas habilidades em lidar com um mundo menos adaptado. A ausência de falhas, por outro lado, impede que a criança amadureça, já que se vê obrigada a permanecer em um estado anterior. A mãe que por alguma razão não tem condições de falhar após o período de dependência

absoluta, além de não instaurar o “princípio de realidade”, também não permite que o bebê tenha acesso ao espaço potencial, área do existir que é imprescindível para a saúde.

Para o bebê, somente é possível prescindir da presença da mãe, quando conquista a capacidade de guardar a memória da presença e do cuidado dessa mãe. O passar do tempo e a constância dos cuidados, fortalece o ego do bebê e o habilita a reter a imagem de um ambiente previsível e confiável. Apenas contando com a presença do amparo na memória, torna-se possível ficar só sem estar desamparado. Essa capacidade é de extrema importância, pois libera o bebê para investir no seu desenvolvimento, ao invés de se ocupar com a necessidade da presença real da mãe.

A entrada no estágio de dependência relativa permite que o bebê tenha as primeiras experiências de transicionalidade (vividas no espaço potencial). No intuito de lidar com a ausência materna como uma experiência mais tranquila, o bebê elege um objeto que geralmente é um bicho de pelúcia, um paninho ou uma boneca. O objeto transicional é um dos meios que possibilitam o diálogo entre a psique do bebê e a realidade externa. Segundo Winnicott, o objeto real usado é sua primeira posse não-eu, pois permite que o bebê reconheça a si e ao objeto como diferenciados da mãe, mesmo que, paradoxalmente, o objeto também represente a memória da experiência de cuidado da mãe. Desse modo, o objeto transicional “é oriundo do exterior, segundo nosso ponto de vista, mas não o é, segundo o ponto de vista do bebê. Tampouco provém de dentro; não é uma alucinação” (Winnicott, 1975, p. 18).

No entanto, Winnicott lembra que o objeto transicional e a capacidade do bebê em guardar subjetivamente a experiência de cuidado jamais poderia substituir a presença real de um ambiente minimamente facilitador. Na medida em que outros interesses se ampliam, pouco a pouco, esse objeto passa a ser descatexizado. De acordo com Winnicott, o objeto transicional

Perde o significado, e isso se deve ao fato de que os fenômenos transicionais se tornaram difusos, se espalharam por todo o território intermediário entre a ‘realidade psíquica interna’ e ‘o mundo externo, tal como percebido por duas pessoas em comum’, isto é, por todo o campo cultural. (Winnicott, 1975, p. 19)

Sobre essa ampliação dos fenômenos transicionais, Dias destaca que,

Para que essa transição aconteça, para que a transicionalidade se configure enquanto tal, é preciso que o bebê esteja criando um novo espaço, um novo “mundo”. O que o amadurecimento promove é a capacidade inerente a todo ser humano de criar mundos e transitar entre eles. Neste momento, está sendo criado o espaço potencial, a terceira área de experiência, o lugar em que, se formos saudáveis poderemos viver temporariamente poupados da tarefa de separar os fatos da fantasia (Dias 2003, p. 238).

Após esse breve percurso acerca do amadurecimento, vejamos agora, qual a importância e como se desenrola essa terceira área da experiência para o viver criativo.

### **3.3 O espaço potencial e o viver criativo**

Segundo Winnicott (2005b) as pessoas saudáveis experimentam três áreas da vida: a vida no mundo externo, onde entramos em contato com a objetividade e as relações interpessoais; a vida da realidade psíquica pessoal, onde habitam nossas fantasias, desejos e sonhos; e a área intermediária da experiência cultural, onde acontece o jogo entre as áreas anteriores, dando curso ao viver criativo.

A terceira parte da vida de um ser humano, parte que não podemos ignorar, constitui uma área intermediária de experimentação, para a qual contribuem tanto a realidade interna quanto a vida externa. Trata-se de uma área que não é disputada, porque nenhuma reivindicação é feita em seu nome, exceto que ela exista como lugar de repouso para o indivíduo empenhado na perpétua tarefa humana de manter as realidades interna e externa separadas, ainda que inter-relacionadas (Winnicott, 1975, p. 15).

O viver autêntico, fundamentado no impulso do self verdadeiro, apenas encontra possibilidade de expressão através do espaço potencial. Esse espaço sustenta uma série de paradoxos fundamentais para o amadurecimento. Como vimos, ele surge no intuito de lidar e evitar um possível trauma na separação eu-outro, ligando o bebê e a mãe em uma área hipotética que, ao mesmo tempo em que separa, recria a experiência nesse campo de intersecção entre a realidade subjetivamente concebida e a realidade objetivamente percebida.

Segundo Hisada (2007, p. 16),

Esta terceira área intermediária de experiência é toda constituída de paradoxos. É ao mesmo tempo campo do psíquico e do real, passagem entre não-ser e ser, repouso e movimento. Apesar destes paradoxos, o jogo no espaço potencial gera a realidade interior e exterior. Lugar onde o indivíduo procura dar conta do movimento de aproximação e distanciamento, união e separação, próprios do jogo e da criação cultural. É essa ambiguidade que vai permear toda a experiência da passagem entre o eu e o não-eu, que promove a individualidade.

De um estado de pura subjetividade, o bebê gradualmente adquire recurso para negociar com o ambiente o exercício da objetividade. É através do que Winnicott chama de fenômenos transicionais que o bebê conquista as primeiras experiências não-eu, transitando e estando ao mesmo tempo, fazendo uso do mundo, sem no entanto, esquecer de si mesmo; ou ao mesmo tempo, fazendo uso da subjetividade, sem negar a realidade compartilhada. O espaço potencial permite entrelaçar o mundo interno e externo, dando continuidade ao processo de amadurecimento.

Esse espaço de transição permite que o sujeito busque seu self verdadeiro e, ao mesmo tempo, seja capaz de tolerar as frustrações das falhas e exigências ambientais sem perder sua vivacidade. Segundo Winnicott, este espaço é um lugar de repouso na difícil tarefa de conciliar as duas realidades.

A criatividade no viver só é possível através da sustentação do ambiente que coloca a experiência entre a percepção objetiva e a concepção subjetiva, entre a mera adaptação comportamental ao ambiente e o devaneio subjetivo. Desse modo, “o indivíduo que não tenha sido demasiado distorcido por uma introdução no mundo defeituosa dispõe de muitas oportunidades para fomentar esse atributo tão desejável” (Winnicott, 2005b, p. 26).

Mesmo que surgido como exigência da realidade externa, a experiência, quando vivida no espaço potencial, ganha contornos do próprio indivíduo. Isso acontece devido a capacidade criativa, que recria a realidade externa inserindo nesta, elementos do mundo subjetivo. O espaço potencial propicia o jogo entre as demandas do mundo e as potencialidades do sujeito, fazendo com que a aceitação da realidade externa tenha sentido dentro da biografia e do estilo de ser do sujeito.

Para Winnicott, a criatividade está relacionada com a capacidade de se apropriar do mundo, dando sentido aos fatos objetivos da realidade, de modo a encontrar a própria singularidade nessa experiência.

O impulso criativo, portanto, é algo que pode ser considerado como uma coisa em si, algo naturalmente necessário a um artista na produção de uma obra de arte, mas também algo que se faz presente quando *qualquer* pessoa – bebê, criança, adolescente, adulto ou velho – se inclina de maneira saudável para algo ou realiza deliberadamente alguma coisa, desde uma sujeira com fezes ou o prolongar do ato de chorar como fruição de um som musical (Winnicott, 1975, p. 100).

Desse modo, viver criativamente é muito mais que apenas um estilo de ser. Está relacionado também a própria condição de se sentir vivo, de ser e preservar o sentido de continuidade na linha do existir. “É somente sendo criativo que o indivíduo descobre o self” (Winnicott, 1975, p. 80).

Através de uma representação esquemática simples, Winnicott apresenta uma excelente ilustração do que significa o estado de ser contínuo e como o cuidado pode ser facilitador ou invasivo. Segue:

A continuidade do ser significa saúde. Se tomarmos como analogia uma bolha, podemos dizer que quando a pressão externa está adaptada à pressão interna, a bolha pode *seguir existindo*. Se estivéssemos falando de um bebê humano, diríamos "sendo". Se, por outro lado, a pressão no exterior da bolha for maior ou menor que aquela em seu interior, a bolha passará a *reagir à intrusão*. Ela se modifica como reação a uma mudança no ambiente, e não a partir de um impulso próprio. Em termos do animal humano, isso significa uma interrupção no ser, substituída pela reação à intrusão. Cessada a intrusão, a reação também desaparece, e pode haver, então, um retorno ao ser. Parece-me que essa é uma descrição capaz não apenas de nos levar até a vida intra-uterina sem um grande esforço de imaginação, mas também de ser levada para frente, podendo ser aplicada de modo útil como simplificação extrema dos processos muitíssimo mais complexos da vida posterior, em qualquer idade (Winnicott, 1990, p.148).

Nesse sentido, todos temos a necessidade de encontrar um ambiente que aceite nossas contribuições pessoais, "um lugar para guardar o que encontramos" (Winnicott, 1975, p. 138). Sem essa condição, resta apenas reagir as demandas do outro, vivendo um mundo sem sentido. "A submissão traz consigo um sentido de inutilidade e está associada à idéia de que nada importa e de que não vale a pena viver a vida" (Winnicott, 1975, p. 95). Assim, viver preso a criatividade do outro é uma experiência de morte em vida. O espaço potencial pode definhir e tornar-se empobrecido quando as exigências do mundo impossibilitam o contato criativo. O ambiente invasivo não abre possibilidades para a formação do espaço potencial, o que gera uma interrupção da continuidade do ser. Quando há um ambiente opressor, o outro não é reconhecido plenamente como sujeito com desejo próprio, pois apenas uma realidade é posta, negando o jogo/alteridade que a abertura ao espaço potencial poderia proporcionar.

Por isso, é somente no cuidado que o sujeito é capaz de viver plenamente, a partir dos seus impulsos criativos. Nesse trabalho, estamos tomando o cuidado enquanto um amparo

ampliado, expresso das mais diferentes formas, como detalharemos mais a frente. Acreditamos que o cuidado entre irmãos pode ser um cuidado criativo, vivido dentro do espaço potencial formado entre as realidades internas dos irmãos e as responsabilidades que venham a ser assumidas.

Segundo Winnicott (1975, p. 95), a criatividade é “um colorido de toda a atitude com relação à realidade externa”. Vejamos nesse momento quais saídas criativas os irmãos podem buscar para colorir essa relação de cuidado.

### **3.4 Cuidado entre irmãos**

A clínica e a literatura, científica ou não, apresentam dados muito ricos para nos mostrar como o cuidado entre irmãos é frequente. No entanto, apontar apenas que esse cuidado se estabelece é muito pouco para analisar a saúde dessa relação. Sendo assim, pretendemos refletir a complexidade que permeia a qualidade desse cuidado, pensando também, nas diferentes repercussões que podem daí advir.

De acordo com Figueiredo (2009, p. 134), o cuidado humano, independente de sua natureza, tem o intuito de “propiciar para o indivíduo uma possibilidade de ‘fazer sentido’ de sua vida e das vicissitudes de sua existência ao longo do tempo, do nascimento à morte”. Tanto aquele cuidado que facilita o amadurecimento, como bem vimos em Winnicott, como aqueles de natureza, prioritariamente, religiosa, terapêutica ou educacional, propiciam uma experiência de integração com um lugar humano de existir. Para o autor, o cuidado que produz o fazer sentido

(...) implica estabelecer ligações, dar forma, sequência e inteligibilidade aos acontecimentos que ao longo de uma vida evocam e provocam o retorno às experiências da loucura e da turbulência emocional. Em outras palavras:

fazer sentido equivale a constituir para o sujeito uma *experiência integrada*, uma *experiência de integração*. Tais experiências não se constituem se não puderem ser primeiramente exercidas, ensinadas e facilitadas pelos *cuidados* de que somos alvo (Figueiredo, 2009, p. 134).

Diferente do que é comumente compreendido, o cuidar não se faz funcional apenas no agir. Colocar em prática a ação de cuidado é fundamental para o humano, no entanto, não deve ser a única dimensão do cuidar. Segundo Figueiredo, tão importante quanto a presença implicada do cuidador é a sua presença em reserva. Isto significa que, enquanto presença implicada, o agente de cuidados pode acolher, reconhecer e interpelar. No entanto, mantendo-se também em reserva, o cuidador consegue moderar esses fazeres, cuidando de si, e dando tempo e espaço para a criação conjunta da relação de cuidado.

Desse modo, a qualidade do cuidado é regulada pelo equilíbrio entre esses diferentes modos de se apresentar ao outro ou, nas palavras do autor, entre as diferentes modalidades de figuras de alteridade. De acordo com Figueiredo (2009), cada uma das três modalidades apresentadas a seguir corresponde à implicação em cuidados específicos. Vejamos.

a) Intersubjetividade transubjetiva: refere-se ao outro ambiente que acolhe e sustenta a continuidade do ser. Assim como vimos em Winnicott, a princípio, trata-se de um outro englobante que assegura, primeiramente, a continuidade somato-psíquica e, posteriormente, põem-se a oferecer referências identitárias e simbólicas. “Diante dos percalços da vida – das necessidades e desejos, e das relações com os outros – a continuidade não está assegurada e precisa ir sendo construída e reconstruída a cada passo, tarefa do agente de cuidados que dá sustentação” (p. 136).

Famílias, grupos e instituições são, geralmente, os mais capazes a oferecer o holding. No entanto, pessoas isoladas como, por exemplo, um irmão também pode exercer essa função suficientemente bem.

b) Intersubjetividade interpessoal: ocorre quando o agente cuidador reconhece sensivelmente o outro em sua singularidade. Trata-se, ao mesmo tempo, de testemunhar e refletir a experiência do outro, respondendo na medida, e quando for pertinente. Segundo Figueiredo (2009, p. 138), “sua falta revela-se extremamente nociva para a instalação da autoimagem e da autoestima (dimensões do self), o que, por sua vez, acarreta uma série de problemas psicológicos e comportamentais”.

Daí a importância do cuidador, no nosso caso, o irmão-cuidador, ser sensível as necessidades do irmão-cuidado. No entanto, embora a responsabilidade maior seja do irmão-cuidador, tanto um, como outro, deve exercer essa função procurando reconhecer mutuamente suas potencialidades e limitações.

c) Intersubjetividade “traumática”: A presença dessa figura de alteridade implica interpelar e despertar o outro para a sua existência. Tem como função expor as limitações, incompletudes e enigmas da vida, pois, apenas como resposta a essas questões, “alguém vem-a-ser”. Como nos diz Figueiredo (2009, p. 139), “(...) o outro que, interpela e reclama, funciona como agente do confronto e do limite fazendo com que o sujeito entre em contato com os fatos da existência: a morte, a finitude, a alteridade e a lei”. Desse modo, segundo o autor, essa função de cuidado é tão necessária para constituição da subjetividade, quanto o acolhimento e reconhecimento das outras figuras de alteridade já mencionadas.

No caso do nosso estudo, é fácil admitirmos que um irmão-cuidador pode exercer essas tarefas junto a seus irmãos. Basta observarmos, na clínica ou não, como os irmãos atuam enquanto alteridade e lei na transmissão das regras da família e da sociedade, instigando e sendo parceiros na busca de sentido para seus enigmas.

No entanto, como já mencionamos anteriormente, a presença implicada pura, ou seja, sem moderação, corre grande risco de transformar-se em excesso. Quando o acolhimento

é excessivo, engolfa o sujeito, sufoca e não oferece distância para que o outro possa ser alguém além dessa relação. O reconhecimento excessivo perde seu sentido, torna-se mecânico e apenas aliena o outro. Por fim, quando o agente de cuidados interpela demasiadamente, só resta ao outro ocultar-se na tentativa de sobreviver as invasões excessivas do seu “cuidador”. Nesse contexto, o sujeito apenas reage empobrecidamente na tentativa de se adaptar aos abusos do ambiente.

Assim, quando o cuidado não é suficientemente bom, ambos, cuidador e cuidado têm muito a perder. O irmão-cuidado, por exemplo, pode se ver em um contexto de desamparo, que o leva a desenvolver o falso-self de uma maneira excessiva, de vida sem sentido, ou ainda, de loucura. Já o irmão-cuidador - quando não goza perversamente no lugar de tirano - também sofre com a inaptidão para cuidar, uma vez que, o excesso de responsabilidade também pode enrijecer um falso-self através da alienação produzida pelo cuidado meramente técnico e sem sentido criativo.

Desse modo, faz-se necessário, além de equilibrar a atuação do cuidado, também dar espaço para o criar mútuo. “(...) mesmo o melhor equilíbrio das funções da presença implicada do cuidador nem seria suficiente nem seria viável se ao cuidador não coubesse a sabedoria de ausentar-se, ou melhor, de manter-se também em *presença reservada*” (Figueiredo, 2009, p. 141).

De acordo com o autor, a moderação que permite o equilíbrio entre os modos de atuação do cuidado, tornando-o espontâneo, depende da capacidade do cuidador de se desapegar, mantendo uma distância segura entre a necessidade atuante de cuidados e a necessidade de relaxamento solitário. Desse modo, paradoxalmente, deixar de cuidar se torna um cuidado tão relevante quanto sua ação efetiva. Trata-se também, de abdicar da onipotência frente ao outro e oferecer espaço para que ele possa expressar-se criativamente.

Na presença em reserva também está implícito duas necessidades básicas de quem cuida: cuidar de si e ser cuidado. Poder se afastar da relação de cuidados e estar em reserva é cuidar de si, na medida em que possibilita reconhecer a importância de se dedicar também aos seus próprios afazeres. Esse movimento facilita o cuidar do outro levando em consideração seu estilo próprio de lidar com o mundo, suas próprias potencialidades.

Tratando-se de irmãos-cuidadores, isso é ainda mais essencial, já que falamos muitas vezes de cuidadores ainda crianças ou adolescentes que, nesta etapa da vida, necessitam investir ainda mais em si mesmas.

Cuidar de si é também deixar-se cuidar por um terceiro. No enfoque do nosso trabalho, essa condição é fundamental, visto que muitas vezes não é possível sequer deixar-se cuidar, uma vez que, em alguns casos, os pais deixam o grupo fraterno a sua própria sorte.

A clínica nos mostra que pais doentes ou excessivamente distantes não conseguem sequer oferecer um contexto minimamente acolhedor para seus filhos. Nesses casos, o irmão-cuidador além de não se sentir cuidado, também não encontra limites para o seu poder diante do irmão-cuidado. Por isso, é imprescindível que, na relação de cuidado entre os irmãos, os pais ou seus substitutos estejam em condições de também cuidar do grupo fraterno, apontando e barrando o poder de um filho sobre o outro.

Reconhecer a finitude e o limite deixará o cuidador muito mais sensível aos objetos de seu cuidado e muito menos propenso a exercer tiranicamente seus cuidados, uma hipótese que não pode ser ignorada (...). Este agente de cuidado não fará do cuidar um exercício de domínio e, assim, os exageros da presença implicada serão mais facilmente evitados (Figueiredo, 2009, p. 142).

Além de cuidar de si, e deixar-se cuidar por um terceiro além da relação, um cuidado de qualidade também requer uma dose de deixar-se cuidar pelo objeto de cuidados. De acordo com o autor, o cuidador “ganha muito se descobrir que o objeto de cuidados em

diversos aspectos surpreendentes pode, também ele, exercer funções cuidadoras diante daquele que, supostamente, monopoliza tais tarefas” (Figueiredo, 2009, p. 142). Desse modo, se oferecer para ser cuidado, além de tornar o cuidado mais relaxado, também é um modo de cuidar, principalmente, se levarmos em consideração que um dos objetivos do cuidar é levar o outro a também ser capaz de cuidar, tanto de si, como do outro.

Sendo assim, permitir que o objeto de cuidados também cuide “na justa medida e sem exploração – tem a função de confirmar a potência e a significação do sujeito; tanto é uma chamada à ativa responsabilidade quanto uma confirmação e um reconhecimento do outro” (Figueiredo, 2009, p. 142).

Nesse sentido, observamos que em se tratando da relação de cuidado entre irmãos, mesmo que exista manifestadamente um cuidador principal, a horizontalidade geracional facilita, não apenas o cuidar mútuo destacado por Figueiredo, como torna o lugar de agente de cuidados menos fixo, promovendo também, o intercambio desse lugar entre os irmãos.

Entretanto, nem sempre esse cenário tão promissor pode acontecer. Quando perde-se o equilíbrio entre a presença implicada e a presença em reserva, o domínio e a opressão passam a predominar.

Nesse contexto, Figueiredo (2009) destaca dois efeitos gerados no objeto de cuidados; a) produz-se um aprisionamento decorrente de uma profunda ambivalência entre sentir-se muito cuidado e desamparado, muito bem tratado e maltratado; e b) suas potencialidades são embotadas. O cuidado é sentido como paralisante e sem sentido, sendo ou rejeitado como quem recebe um ataque, ou aceito docilmente como quem não vê alternativas a não ser se submeter, escondendo-se de si e do outro.

Desse modo, o self verdadeiro é tamponado no intuito de atender submissamente às exigências do ambiente. Isso ocorre devido à fantasia inconsciente de que ao agir

autenticamente, ou seja, com bases no verdadeiro self, o sujeito pode ser aniquilado pelo ambiente precário.

Sendo assim, para que o cuidado seja suficientemente bom, é indispensável que seja preenchido tanto pelas necessidades de ambos os irmãos. Caso contrário, algumas situações são comumente observadas. Uma delas é a sobrecarga de responsabilidade que submete o irmão-cuidador em uma tarefa que pode ser completamente destituída de sentido. Acontece, por exemplo, quando os pais delegam consciente ou inconscientemente, o encargo de cuidar das crianças, para um dos filhos, ainda criança ou adolescente, sem que este esteja em condições de assumir essa importante responsabilidade.

Nesse contexto, o irmão-cuidador pode se transformar em uma espécie de ditador dos outros irmãos, impondo apenas a sua maneira de ver o mundo, na tentativa de controlar um cenário que se estabelece além das suas capacidades maturacionais.

Como nos diz Figueiredo (2009, p.146), um cuidador que “exerce tiranicamente o poder de fazer e desfazer o outro segundo seu ideal de perfeição. Ele irá ‘cuidar’ custe o que custar, doa quem doer, sem nenhuma empatia com a realidade da pessoa a ser cuidada, seus desejos, vontades e sofrimentos”.

Winnicott (2002b, p. 101) também nos lembra desse risco:

A assunção de autoridade provocada por ansiedade significa ditadura, e aqueles que tiveram a experiência de deixar as crianças controlarem seus próprios destinos sabem que o adulto tranquilo é menos cruel, enquanto a autoridade, do que uma criança poderá se tornar se for sobrecarregada com responsabilidades (Winnicott, 2002b, p. 101).

O aprisionamento do sujeito cuidado em uma posição puramente submissa é a marca de um cuidar perpassado pelo excesso da presença implicada e, segundo o autor, está na origem da “perversão do cuidado”.

Não são poucos, infelizmente, os exemplos tirados das artes, literatura e da vida de padres, professores, médicos, enfermeiros, pais, mães e **irmãos** que fazem da experiência de cuidar uma oportunidade perfeita para o controle e para o prazer perversos. (...) No melhor dos casos, cria-se a ambivalência, no pior, a cumplicidade e, nas situações mais extremas, dá-se um assassinato de alma com a convivência masoquista do morto. Aliás, é necessário ressaltar: assim como o bom cuidador produz sujeitos capazes de cuidar e se cuidar, os cuidadores maníacos ou sádicos geram sujeitos (filhos, alunos, subordinados etc.) extremamente propensos a manter-se na dependência dos seus cuidados e maus-tratos, repetindo esse padrão vida afora (Figueiredo, 2009, p. 147, grifo nosso).

Não raro na clínica nos deparamos com pessoas que foram irmãos-cuidadores ou cuidados por irmãos, e que carregam marcas dessa relação por toda vida. Muitas vezes, a relação de cuidado não pode ser vivida criativamente, produzindo e enrijecendo personalidades do tipo falso-self.

No caso do irmão-cuidador falso-self, o sujeito pode se utilizar do falso-self para criar um personagem precocemente amadurecido, que abdica completamente do seu lugar genealógico para suprir as limitações dos pais e cuidar do irmão. A máscara de bom filho/irmão, no entanto, esconde uma grande insatisfação que a necessidade e a imposição ambiental não deixam manifestar ou, por vezes, se quer ter consciência. As fronteiras geracionais tornam-se pouco claras e a família tende a funcionar com bases em uma homeostase silenciosa e disfuncional. Nesse caso, a relação entre os irmãos produz um empobrecimento da vida criativa. O cuidador se embota afetivamente para não entrar em contato com as próprias carências e frustrações.

O irmão-cuidador que se doa por inteiro aos encargos demandados pelos seus pais ou por seus irmãos vai ao encontro das necessidades deste, no entanto, vê-se negligenciado em seus próprios direitos. Como já foi apresentado, segundo Winnicott, o cuidador também precisa de certa dose de cuidado para conseguir manter-se em seus afazeres. O autor descreve, por exemplo, a importância do pai, da família e da sociedade enquanto ambiente que provê

contextos facilitadores para que a mãe possa cuidar do seu bebê. Podemos usar esse mesmo modelo para compreender as necessidades do irmão-cuidador.

Além disso, em qualquer idade, ser capaz de cuidar pressupõe um resgate da própria experiência de ter sido cuidado em bases seguras, vividas nos primeiros estágios do amadurecimento. De outro modo, o irmão-cuidador não terá condições de criar um sentimento de confiança nem para si mesmo, nem para os que dele dependem.

A própria relação fraterna torna-se precária, uma vez que, sob um funcionamento defensivo, perde-se a possibilidade de estabelecer um contato profundo com o outro. Ambos os envolvidos vivem a relação como desorganizada, esvaziada, pouco autêntica e sem sentido.

Como vimos em Winnicott, a criança precisa de pessoas que ofereçam/sejam um ambiente minimamente confiável, capaz de aceitar os impulsos pessoais da criança, sem sucumbir ou retaliar, permitindo que a criança encontre um solo confiável para arriscar e continuar sendo a si própria. No entanto, quando esse contexto não sustenta a permanência do espaço potencial, também a experiência de cuidado torna-se empobrecida.

Mesmo se esforçando para cuidar, um sujeito nesse contexto não consegue oferecer bons cuidados. Pode-se perceber em quem cuida que “no lugar de um exercício criativo e pessoal das atividades de cuidados, encontraremos a pura e simples inaptidão para cuidar ou um exercício mecânico, estereotipado, repetitivo e compulsivo” (Figueiredo, 2009, p. 145).

No que se refere ao irmão-cuidado falso-self, podemos dizer que diante de um ambiente opressor ou que não oferece sustentação em bases seguras, a criança pode proteger seu self-verdadeiro e encarnar o personagem da criança comportada e obediente, uma vez que o “falso self se implanta como real e é isso que os observadores tendem a pensar que é a pessoa real” (Winnicott 1983, p. 130).

Através deste falso self, o lactente constrói um conjunto de relacionamentos falsos, e por meio de introjeções pode chegar até uma aparência de ser real, de modo que a criança pode crescer se tornando exatamente como a mãe, ama-seca, tia, **irmão** ou quem quer que no momento domine o cenário (Winnicott 1983, p. 134, grifo nosso).

O irmão-cuidado torna-se refém do próprio “cuidado” que recebe, uma vez que não se sente seguro para expressar seu impulso criativo em um ambiente que pode ruir, no caso de um irmão-cuidador falso-self, ou retaliar violentamente, no caso de um irmão-cuidador tirano. Frente a provisão ambiental insatisfatória, a criança tende a omitir-se e a cuidar de si mesma na tentativa de lidar com o desamparo.

A cristalização desse *modus operandi* é devastador. “A organização de um falso self é aceita facilmente na sociedade, embora ela pague um alto preço por isso. Do nosso ponto de vista, embora o falso self seja uma defesa eficaz, não é um componente de saúde” (Winnicott, 2005b, p. 17).

O falso-self estabelece um amadurecimento psíquico extremamente instável e frágil. Há um empobrecimento de si mesmo para atender as exigências de um ambiente que não tolera suas contribuições criativas. Além da apatia e depressão, a instauração do falso-self pode provocar sintomas diversos decorrentes da negação das suas próprias necessidades. O falso self produz um modo de vida mecânico e carregado de sentimento de irrealidade. Perde-se, desse modo, o acesso e a esperança de encontrar e experienciar a si mesmo.

Segundo Winnicott (2005a, p. 24), quando o cuidado não é suficiente “a criança torna-se um acumulado de reações à violação; o self verdadeiro da criança não consegue formar-se, ou permanece oculto por trás de um falso self que a um só tempo quer evitar e compactuar com as bofetadas do mundo”.

Ainda nesse sentido, lembramos que em ambos os casos, no intuito de lidar racionalmente com a angústia do desamparo ou do excesso de responsabilidades, as crianças

podem hiper desenvolver a capacidade intelectual de modo completamente dissociado do self. São crianças inteligentes no que diz respeito aos cuidados físicos de si mesmas, geralmente dando a impressão de não necessitar de tantos cuidados adaptados, mas que, no entanto, são bastante inseguras e imaturas emocionalmente.

Como sabemos, a saúde da relação de cuidado entre irmãos não depende só dos irmãos. É tarefa dos adultos permitir a expressão dos impulsos pessoais dos seus filhos, bem como de oferecer limites através de uma autoridade confiante. “É tarefa de pais e professores cuidar para que as crianças nunca se vejam diante de uma autoridade tão fraca a ponto de ficarem livres de qualquer controle ou, por medo, assumirem elas próprias a autoridade” (Winnicott, 2002b, p. 101). Sem essa confrontação saudável, corre-se o risco de emancipar crianças e adolescentes cedo demais.

Desse modo, uma criança ou adolescente que precisa se tornar “agente responsável antes do tempo” para, por exemplo, cuidar dos irmãos mais novos, “pode ficar prematuramente velha e perder a espontaneidade, os jogos e o impulso criativo despreocupado” (Winnicott, 2005b, p. 156).

O autor (2002b) afirma que, para o jovem, a capacidade criadora está vinculada a uma condição de “irresponsabilidade infantil” que se desenvolve a partir da liberdade interior de dar curso a seus impulsos pessoais sem o temor de sofrer retaliações intoleráveis.

Winnicott (2005b) nos fala que a transferência de responsabilidade dos adultos para seus filhos pode ser algo perigoso, já que estes ainda precisam estar no lugar de quem é cuidado. O autor fala que eles precisam de pais capazes de sobreviver a todo seu impulso vital. Pais que assegurem um ambiente confiável ao ponto de permitir serem confrontados por seus filhos. A transferência de responsabilidades, para o autor, “pode representar uma espécie

de abandono num momento crítico. (...) Toda atividade imaginativa, todo impulso de imaturidade se perdem” (Winnicott, 2005b, p. 156).

O autor nos diz que a concepção de saúde deve sempre estar entrelaçada com a maturidade relativa a idade em que se encontra o sujeito. Por exemplo, uma criança de 7 anos é saudável quando ele pode ser uma criança de 7 anos. Tanto o retardo, quanto a precocidade precisam ser atentamente observados.

Sendo assim, de acordo com Winnicott (2005b, p. 156), “o adolescente é imaturo. A imaturidade é um elemento essencial de saúde durante a adolescência. (...) Não se pode apressar nem retardar esse processo, ainda que ele possa ser interrompido ou destruído, ou degenerar em doença psiquiátrica”.

Desse modo, o adolescente e, claro, a criança, precisa viver sua imaturidade com todo ímpeto criativo o que essa condição pode proporcionar. Para Winnicott, essa característica é importante não apenas para o adolescente, como também para a sociedade que, assim como os pais, precisa ser questionada e atualizada pelo gesto espontâneo dos seus novos membros. Se os adultos abdicam de sua responsabilidade perante esses novos membros ainda imaturos, esses “tornam-se adultos prematuramente, mas através de um processo falso”.

O autor nos sugere: “um conselho à sociedade, para o bem dos adolescentes e de sua imaturidade: não permitir que eles queimem etapas e adquiram uma falsa maturidade através da transferência de responsabilidades que não são deles, ainda que eles lutem por elas” (2005b, p. 158).

A conquista do amadurecimento não pode ser imposta através de uma falsa maturidade às custas da submissão ao papel adulto. Com isso, não queremos dizer que adolescentes não podem cuidar dos seus irmãos. Acreditamos que esse arranjo é possível

desde que tanto irmão-cuidado, quanto o irmão-cuidador continue tendo referências de outra geração que se responsabiliza por eles.

Quando mais se avança no amadurecimento, menor é a importância do ambiente em termos da estruturação da personalidade. Mas ele continua a ser importante de outra maneira: a criança necessita de ambiente doméstico estável, no qual se sinta segura, para poder brincar e sonhar, para elaborar sua vida interna convulsionada pela coexistência do amor e do ódio, sem ter de se preocupar com a estabilidade do lar. Para tanto, é preciso uma estrutura familiar que se mantenha sólida e sobreviva aos permanentes testes de turbulência interna acarreta. (...) Quando uma família mostra-se sólida e perdurável, ela funciona como um quadro de referências que dá à criança o sentimento de que é seguro ter sentimentos e até atos agressivos (Dias, 2003, p. 276).

Desse modo, o cuidado entre irmãos acontece sem prejuízos para ambos quando há um ambiente seguro que ofereça garantias de que continua sendo possível experienciar o cuidado, mas também a imaturidade e a rivalidade fraterna sem imprevistos demasiadamente intrusivos.

### **3.5 Cuidado criativo entre irmãos: colorindo essa relação**

Retomemos a citação de Winnicott quando fala do principal ingrediente que faz a vida valer a pena ser vivida. O autor se refere a criatividade como “um colorido de toda a atitude com relação à realidade externa”.

Será possível para os irmãos colorir a relação de cuidado que vivem, mesmo quando o cuidado está fortemente permeado por responsabilidades e imperativos, e até mesmo por carências ambientais?

Segundo Winnicott (2005a) a experiência de ter irmãos traz grandes benefícios para as crianças. Primeiramente, por ter alguém íntimo para poder compartilhar problemas, mas, principalmente, pela oportunidade de participar de um ensaio da vida social.

Curiosamente, em sua obra, o autor fala rapidamente sobre a relação de cuidados entre irmãos por duas vezes. Vejamos.

No artigo chamado “O ambiente” de 1954, publicado no livro “Natureza humana” (Winnicott, 1990), Winnicott destaca o valor fundamental da família enquanto ambiente confiável para crianças e adolescente. O autor afirma, por exemplo, que o adolescente busca na família um continente forte o suficiente para poder rebelar-se e partir para experiências em outros grupos. Já para as crianças, a família deve ser um ambiente previsível e indestrutível, caso contrário, a criança pode ter dificuldades em desviar-se dessa relação para investir no brincar, na educação, na cultura e em outras experiências pessoais vividas no espaço potencial.

No entanto, o texto lembra que, apesar da sua importância, o cuidado dos pais não é essencial e insubstituível para sempre. Torna-se gradualmente menos essencial à medida em que o amadurecimento caminha e as situações triangulares substitutas são aceitas. “(...) se a situação familiar se rompe, ainda assim a criança pode ser capaz de sair-se bem, caso seja encontrado um substituto para o lar e a confusão total seja evitada.” (p. 174). Para exemplificar esse cenário, o autor nos diz:

É possível dizer que a ruptura da situação familiar provocará uma distorção no desenvolvimento emocional de uma criança na fase anterior à latência, mas em grande parte esta situação depende do desenvolvimento emocional anterior. O tipo de perturbação pode ser, por exemplo, aquele que leva **uma criança mais velha a encarregar-se de cuidar de um bebê** quando a família se desfaz, e pode até ser que ela se saia bem, mas a um custo às vezes elevado, já que uma responsabilidade tão grande não deveria recair sobre ombros tão frágeis. Ainda assim, a criança permanece uma criança, e pode até mesmo enriquecer internamente em alguns aspectos devido às responsabilidades assumidas (Winnicott, 1990, p. 174, grifo nosso).

Desse modo, fica claro que, para o autor, a relação de cuidado entre irmãos configura-se como uma possibilidade na suplência de possíveis falhas parentais. No entanto, destaca-se também, a importância de observar atentamente essa relação, no intuito de analisar

se há um excesso de fazeres sob a responsabilidade do irmão-cuidador. Por fim, lembra, no entanto, sem se aprofundar, que essa relação também pode ser enriquecedora.

Como já dissemos anteriormente, muitas vezes um irmão-cuidador encontra um contexto no qual lhe é demandada uma grande adaptação para cuidar do seu irmão. Por causa da negligência dos pais, por uma morte ou doença na família ou qualquer outro motivo, o irmão-cuidador é convocado consciente ou inconscientemente a ocupar o lugar dos pais e suprir suas falências. Neste caso, o espaço para o interjogo entre a realidade objetiva e subjetiva pode tornar-se desigual. A forte carga de objetividade/responsabilidade em “ombros tão frágeis” torna-se urgente, não podendo ser amortecida pelo gesto criativo no espaço potencial. Ocupar o lugar dos pais é uma experiência de sobrecarga para um filho, no entanto, há outros contextos para os irmãos, por exemplo, quando esse cuidado é temporário.

Winnicott retoma o tema em 1960, em um programa de rádio. A entrevista foi posteriormente publicada com o título de “Crescimento e desenvolvimento na fase imatura”, no livro “A família e o desenvolvimento individual” (Winnicott, 2005a).

Neste trabalho, o autor enfatiza a preocupação que os pais devem ter em se adaptar às crianças, respeitando o tempo individual de cada criança, sem forçar um amadurecimento precoce. Esse ambiente adaptado possibilita que a criança assuma um lugar responsável alinhado com a família e a sociedade sem com isso perder um verdadeiro sentido do self. A guisa de exemplo, o autor discorre sobre o seguinte cenário:

Há certos casos em que uma **irmã mais velha, ainda criança, tem que assumir o papel e todas as responsabilidades de mãe**, e nós sabemos como esta tarefa, se bem realizada, pode contribuir para esgotar na menina toda espontaneidade e todo sentido dos direitos próprios do self; mas esse é o tipo de coisa que não se pode evitar. Normalmente, porém, toda criança gosta de sentir-se responsável por alguma coisa por certo período de tempo. O melhor é quando a ideia parte da própria criança, e não de nós. Mas pouco a pouco, as crianças tornam-se capazes de identificar-se conosco e aceitar nossas imposições razoáveis sem sofrer grande perda de seu sentido do self e dos direitos do self (Winnicott, 2005a, p. 31, grifo nosso).

O recorte citado destaca, mais uma vez os riscos dessa relação e mais, a afirmação de que não se deve esperar que uma criança ou adolescente possa abarcar todas as responsabilidades dos pais sem prejuízos para o viver criativo. No entanto, novamente nos oferece uma saída ao aprisionamento dos irmãos nessa relação, quando lembra que esse cuidado também pode ser vivido de modo espontâneo, a partir de uma implicação própria fundamentada nas identificações parentais.

É importante lembrar também que toda família se beneficia quando o cuidado entre irmãos é vivido criativamente. “Cada criança individual, com crescimento emocional sadio e seu desenvolvimento pessoal satisfatório, promove a família e a atmosfera familiar. Os pais, em seus esforços de constituição da família, beneficiam-se da somatória das tendências integrativas de cada um dos filhos” (Winnicott, 2005a, p. 69).

Fica claro que, além do cuidado de terceiros (pais ou substitutos), a relação de cuidado entre irmãos precisa ser vivida no espaço potencial. Se o irmão-cuidador apenas se submete as necessidades do outro, ou as ordens de um terceiro, pouco pode usufruir dessa experiência. Entretanto, se além de atender as demandas externas, é possível agir de modo próprio, criando esse cuidar no espaço potencial, tem-se um enriquecimento no viver.

O cuidado articulado com o espaço potencial possibilita que os sujeitos se envolvam em uma atividade que tenha ressonância com a autenticidade de suas realidades internas. Nesses termos, pode-se ser livre para ser o autor tanto da relação de cuidado, quanto de si mesmo.

Figueiredo (2009) nos ajuda a compreender o cuidado criativo vivido no espaço potencial, quando nos fala do cuidado em presença reservada.

Uma das funções dessa dimensão do cuidado é justamente permitir a criação de um espaço virtual entre o cuidador e o cuidado. O cuidador que tem condições e permite-se

afastar-se da relação, concede tempo e abre espaço para os envolvidos rechearem esse espaço criativamente com seus próprios impulsos pessoais.

Cabe ao agente de cuidados oferecer ao objeto do seu cuidado um espaço vital desobstruído, não saturado por sua presença e seus fazeres. É neste espaço vital, que o cuidador deixa livre e vazio – sendo sua tarefa justamente a de protegê-lo contra a presença excessiva de objetos e representações –, que o sujeito poderá exercitar sua capacidade para alucinar, sonhar, brincar, pensar e, mais amplamente, criar o mundo na sua medida e segundo suas possibilidades (Figueiredo, 2009, p. 143).

Desse modo, continua o autor: “o cuidar converte-se em algo prazeroso e lúdico. Mesmo que imponha algum sacrifício, não é o espírito de sacrifício o que o move” (Figueiredo, 2009, p. 145).

Sendo assim, o cuidado pode ser concebido como uma experiência localizada no espaço potencial. Como já vimos, esse espaço exerce função de intercâmbio, oferecendo sustentação no equilíbrio entre as demandas externas e as potencialidades do sujeito. O cuidado pode ser um cuidado criativo, na medida em que a tarefa de cuidar do outro não anula o cuidado de si mesmo. Acontece quando quem cuida tem a possibilidade de recriar a experiência do cuidado demandado a partir da sua própria subjetividade. A ponte que permite essa criação (espaço potencial) enriquece a experiência tanto para o irmão-cuidador, quanto para o irmão cuidado. O irmão-cuidador pode viver o cuidado prioritariamente como um gesto espontâneo. Já o irmão-cuidado, encontra espaço para responder a esse cuidado e usufruir de uma relação solidificada no self verdadeiro, em consonância com suas reais necessidades. Sendo assim,

Num ambiente que propicia um holding satisfatório, o bebê (e também em todas as idades) é capaz de realizar o desenvolvimento pessoal de acordo com suas tendências herdadas. O resultado é uma continuidade da existência, que se transforma num senso de existir, num senso de self, e finalmente resulta em autonomia (Winnicott, 2005b, p. 11, grifo nosso).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre o fraterno é cada vez mais urgente em nosso tempo, uma vez que vivemos um momento em que a família é pensada e vivida dos mais diferentes modos. Talvez a característica mais comum na maioria dos tipos de família hoje, é a horizontalidade das relações entre seus membros. Com isso, os lugares dos irmãos dentro das famílias também passam a ser considerados sob uma nova perspectiva, tanto pela cultura, como pelos membros da família em sua organização.

A relação de cuidado entre irmãos é cada vez mais presente nas famílias. O reconhecimento que um irmão tem do outro o auxilia no lidar com a precariedade que permeiam as relações na contemporaneidade.

No entanto, se um irmão-cuidador impõe seu desejo com frequência, não permite que seu irmão possa ser criativo e espontâneo, restando apenas a submissão como único modo de lidar com a experiência. Desse modo, podemos pensar que o cuidado entre os irmãos precisa ser experienciado também em um espaço intermediário tanto do irmão-cuidador, quanto do irmão-cuidado. Falamos de espaço intermediário (ou potencial), pois os irmãos precisam dialogar com a dimensão externa representada pelas exigências mútuas de cuidados e com a dimensão interna de cada um dos irmãos que precisam aceitar estes novos lugares de cuidador/cuidado enquanto um espaço de troca e não apenas de submissão. Desse modo, podem, ao mesmo tempo em que estabelecem uma relação hierárquica temporária, manter também, seus lugares originais de irmãos.

Entendemos que o irmão-cuidador não precisa agir de modo ditatorial como Winnicott e Figueiredo alertam, se ele tem a possibilidade de, ao atender as necessidades do irmão-cuidado, incluir ingredientes próprios para responder criativamente a essa demanda. O irmão-cuidador teria condições, desse modo, de assumir a responsabilidade que os pais lhe

atribuíram sem, no entanto, ocupar o lugar destes. Apenas representando-os do seu próprio modo.

Esse cenário só é possível quando os pais estão firmes em seus lugares. Assim como no início da vida, quando o bebê precisa manter a lembrança dos cuidados maternos na memória para tolerar a ausência temporária da mãe, os irmãos precisam que a autoridade parental marque e delimite os lugares na família, de modo que permaneça vivo no funcionamento da família a diferença geracional, evidenciando a responsabilidade de uma geração sobre outra, e garantindo as fronteiras dos lugares de pais, filhos e irmãos.

O espaço potencial permite que a criança possa ser livre sem deixar de ser dependente. Possibilita separar-se do ambiente ao mesmo tempo em que mantém consistente sua vinculação. Desse modo, podemos afirmar também, que o cuidado entre irmãos pode permitir que a realidade externa, que demanda a relação de cuidado e responsabilidade, dialogue e reconheça as necessidades e possibilidades dos irmãos, permitindo a criação de um espaço que favoreça o compromisso, sem, no entanto, abrir mão da espontaneidade na dinâmica específica dos irmãos. Desse modo, a dimensão externa não se opõe aos irmãos, e sim, assegura sua individualidade.

Sendo assim, o irmão-cuidado pode se beneficiar de um ambiente receptivo as suas contribuições e seguro para expressão também da rivalidade fraterna. A relação fraterna deve ser mais observada e estudada, mas desde já, sugerimos que se houver as condições suficientemente boas que apontamos, o cuidado na relação fraterna favorece uma experiência que pode enriquecer criativamente a vida familiar, promovendo ainda, uma vida social mais ética, democrática e fraterna, baseada na expressão viva de si mesmo e na aceitação do gesto espontâneo do outro. Desse modo, acreditamos que cuidador e cuidado podem sustentar suas próprias vitalidades mutuamente, amadurecendo juntos nessa experiência.

## REFERÊNCIAS

- Abram, J. (2000). *A linguagem de Winnicott: dicionário das palavras e expressões utilizadas por Donald W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Barcellos (2009). *O irmão: psicologia do arquétipo fraterno*. Rio de Janeiro: Vozes.
- Birman, J. (2008). Adolescência sem fim? Peripécias do sujeito num mundo pós-edipiano. In M. R. Cardoso & F. Marty. (Org.), *Destino da adolescência* (pp. 81-105). Rio de Janeiro: 7 Letras.
- Birman, J. (2003). Fraternidades: destinos e impasses da figura do pai na atualidade. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 13(1):93-114, 2003
- Castanho, G. (2012). *Violência entre irmãos: abuso físico, moral e sexual*. Disponível em: <http://www.febrap.org.br/publicacoes/arquivos/VIOL%C3%8ANCIA%20ENTRE%20IRM%C3%83OS%20-%20ABUSO%20F%C3%8DSICO,%20MORAL%20E%20SEXUAL.doc>. Acesso em 20 de dezembro de 2012.
- Dias, E. (2003). *A teoria do amadurecimento de D. W. Winnicott*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ferreira, E. A. P., & Mettel, T. P. L. (1999). Interação entre irmãos em situação de cuidados formais. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 12(1).
- Figueiredo, L. C. (2009). *As diversas faces do cuidar: novos ensaios de psicanálise contemporânea*. São Paulo: Escuta.
- Giddens, A. (2007). *O mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record.
- Goldsmid, R., & Féres-Carneiro, T. (2007, Dezembro). A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão. *Psicologia em Revista*, 13(2), 293-308.
- Gomes, V. F., & Bosa, C. (2004, Outubro). Estresse e relações familiares na perspectiva de irmãos de indivíduos com Transtornos Globais do Desenvolvimento. *Estudos de Psicologia*, 9(3), 553-561.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hisada, S. (2007). *A utilização de histórias no processo psicoterápico: uma proposta Winnicottiana*. Rio de Janeiro: Revinter.
- Hurstel, F. (2006). Autoridade e transmissão da "dívida de vida": uma função fundamental dos pais. *Epistemo-somática: Belo Horizonte*, v. 3, n. 2, p. 163-173, set/dez.
- Kaës, R. (2011). *O complexo fraterno*. Aparecida, SP: Idéias & Letras.

Kancyper, L. (1994). *Ressentimento e Remorso: estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kancyper, L. (1999). *Confrontação de gerações: estudo psicanalítico*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Kancyper, L. (2004). *El complejo fraterno: estudio psicoanalítico*. Buenos Aires: Lumen.

Kehl, M. (2000). *Função fraterna*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Kehl, M. (2003). *Em defesa da família tentacular*. Disponível em <http://www.mariaritakehl.psc.br>. Acesso em 4 de agosto de 2011.

Kehl, M. (2008). Pais sem rumo, crianças sofridas. *O Estado de S.Paulo*. 27 Abr. 2008. Disponível em: <http://www.estado.com.br/suplementos/ali/2008/04/27/ali-1.93.19.20080427.13.1.xml>. Acesso em: 01 Dez. 2011.

Lasch, C. (1991). *Refúgio num mundo sem coração*. A família: santuário ou instituição sitiada? Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Lipovetsky, G.; Charles, S. (2004). *Os Tempos Hipermodernos*. São Paulo: Editora Barcarolla.

Magalhães, A; Feres-Carneiro, T. (2005). Conquistando a herança: sobre o papel de transmissão psíquica familiar no processo de subjetivação. In: Feres-Carneiro, T. *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Meynckens-Fourez, M. (2000). A fratria: o ponto de vista eco-sistêmico. In Tilmans-Ostyn & Meynckens-Fourez (Orgs.). *Os recursos da fratria*. Belo Horizonte: Artesã.

Mizrahi, B. (2004). *A relação pais e filhos hoje: a parentalidade e as transformações no mundo do trabalho*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Mizrahi, B. (2010). *A vida criativa em Winnicott: um contraponto ao biopoder e ao desamparo no contexto contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.

Monteiro, R. A., Gonçalves, T. G., Refosco, L. L., & Macedo, M. M. K. (2012). O processo adolescente e as funções parentais na realidade contemporânea. *Revista da Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul*, 12(1), 107-113.

Narvaz, M. G.; Koller, S. H. (2006). A concepção de família de uma mulher-mãe de vítimas de incesto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 19, 395-406.

Nunes C. C., & Aiello, A. L. R. (2007, Junho). Interação entre irmãos: deficiência mental, idade e apoio social da família. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 21(1), 42-50.

Oliveira, A. L. (2005). *Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos: a dinâmica das relações fraternas no recasamento*. Tese de doutorado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.

Passos, M. C. (2005). Nem tudo que muda, muda tudo: um estudo sobre as funções da família. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: efeitos da contemporaneidade*. Rio de Janeiro: PUC-Rio.

Paulo, B. M. (2006). *Novas configurações familiares e seus vínculos sócio-afetivos*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

Petean, E. B. L., & Suguilhura, A. L. M. (2005, Setembro). Ter um irmão especial: convivendo com a Síndrome de Down. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 11(3), 445-460.

Poster, M. (1979). *Teoria crítica da família*. Rio de Janeiro: Zahar.

Postman N. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia.

Revista Crescer. (2012). *O que você pode fazer pelo cérebro do seu filho*. São Paulo: Globo.

Roudinesco, E. (2003). *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

Rufo, M. (2003). *Irmãos: como entender essa relação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Sarti, C. A. (2002). Família e individualidade: um problema moderno. In: Carvalho, M. C. B. (org.). *A família contemporânea em debate*. São Paulo: Cortez.

Savietto, B. B. (2012). Juventude e Família na Contemporaneidade: um desamparo sem fim? *Geraiis: Revista Interinstitucional de Psicologia*, 5 (1), jan - jun, 2012, 23-35.

Singly, F. (2007). *Sociologia da família contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Soares, M. P. G., Franco, A. L. S., & Carvalho, A. M. A. (2009, Janeiro). Crianças que cuidam de irmãos com necessidades especiais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(1), 45-54.

Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade, casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

Vilhena, J. (2005). Repensando a Família. *Revista Psicologia do Portal do Psicólogo*. Disponível em: <http://www.psicologia.com.pt/artigos/textos/A0229.pdf>. Acesso em 15 de abril de 2011.

Wagner, A. & Levandowski, D. C. (2008). Sentir-se bem em família: um desafio frente à diversidade. *Revista Textos e Contextos*, 7 (1), 88-97.

Winnicott, D. W. (1975). *O brincar e a realidade*. Rio de Janeiro: Imago.

\_\_\_\_\_ (1982). *A criança e o seu mundo*. Rio de Janeiro: LTC Editora.

\_\_\_\_\_ (1983). *O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional*. Porto Alegre: Artmed.

- \_\_\_\_\_ (1990). *Natureza humana*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ (1994). *Explorações psicanalíticas*. Porto Alegre: Artmed.
- \_\_\_\_\_ (2000). *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago.
- \_\_\_\_\_ (2002a). *Os bebês e suas mães*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2002b). *Privação e delinquência*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2005a). *A família e o desenvolvimento individual*. São Paulo: Martins Fontes.
- \_\_\_\_\_ (2005b). *Tudo começa em casa*. São Paulo: Martins Fontes.

Zanetti, S. & Gomes, I. (2009). A ausência do princípio de autoridade na família contemporânea brasileira. *Psico*. Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 194-201, abr/jun. 2009.

Zanetti, S. (2008). *Efeitos da Fragilização dos Papéis Parentais em determinados comportamentos de crianças no ambiente escolar, na contemporaneidade*. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Universidade de São Paulo, São Paulo.

Zordan E.; Falcke, D.; Wagner, A. (2003). ¿Copiar o (re) crear? Perspectivas histórico-contextuales del matrimonio. In: Wagner, A. *La transmisión de modelos familiares*. Madrid: CCS.